



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

GABRIELA CORDEIRO RIBEIRO

**POLÍTICA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER NA SOCIOEDUCAÇÃO: A
INTERSETORIALIDADE EM QUESTÃO NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SÃO
SEBASTIÃO – DF.**

Brasília – DF

2016



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER

GABRIELA CORDEIRO RIBEIRO

**POLÍTICA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER NA SOCIOEDUCAÇÃO: A
INTERSETORIALIDADE EM QUESTÃO NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SÃO
SEBASTIÃO – DF.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social
apresentado ao Departamento de Serviço Social da
Universidade de Brasília como requisito parcial para a
obtenção de título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Marlúcia Ferreira do
Carmo.

Brasília – DF

2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER

GABRIELA CORDEIRO RIBEIRO

**POLÍTICA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER NA SOCIOEDUCAÇÃO: A
INTERSETORIALIDADE EM QUESTÃO NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SÃO
SEBASTIÃO – DF.**

Brasília, 13 de dezembro de 2016

Banca Examinadora:

Prof.ª Dra. Marlúcia Ferreira do Carmo
SER/UnB – Orientadora

Prof.ª Dra. Maria Lúcia Pinto Leal
SER/UnB – Examinadora

Prof.º Me. Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá
SER/UnB – Examinador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por cada oportunidade que me proporcionou, pela família e amigos maravilhosos que eu tenho. Pela pessoa iluminada que sou e por tudo que ele coloca em meu caminho, seja aquilo que almejo, seja as dificuldades que me fazem uma pessoa melhor.

Agradeço à minha mãe Cristiane Cordeiro. Sem sua luta, seu cuidado, seu carinho, sua garra, eu nada seria. Obrigada por nunca medir esforços pela minha educação, meu caráter e por ser essa pessoa que eu tanto admiro. Ao meu pai Waurélio, obrigada por olhar por mim aí de cima; obrigada por ser um pai tão presente e dedicado e por ter deixado apenas lembranças e orgulho da pessoa incrível que você foi. Ao meu irmão Henrique Cordeiro, fonte de inspiração para tantas coisas na minha vida, inclusive pelo incentivo indireto a cursar Serviço Social. Ao meu querido padrasto Mozart, obrigada pelo carinho, atenção, cuidado e incentivo na vida acadêmica. À minha querida avó Tatá, que sempre esteve presente na minha vida e me enchendo de elogios, coragem e amor. À todos os meus familiares que sempre me apoiaram e estiveram presentes nas fases mais importantes da minha vida.

Às minhas amigas Elaine Ferreira, Fernanda Arnaud, Gabriela Galvão, Maísa Marques e Yara Carvalho, que cursaram Serviço Social comigo, acompanharam e vivenciaram de perto os todos os desafios durante a graduação. Obrigada por todos os momentos de desespero, alegria e carinho. Vocês sempre estiveram presentes segurando minha mão para não desistir. Agora minhas companheiras de trabalho e de luta. Verdadeiros presentes de Deus, serei eternamente grata por essa amizade.

Agradeço aos amigos, mais conhecidos como Jurássicos, obrigada pela paciência e pelos momentos de descontração. Vocês são extremamente necessários e importantes na minha vida. Muito mais que amigos, são minha família.

Ao meu querido tio Wallace que sempre me apoiou durante a graduação, obrigada pelo incentivo, pelos diversos livros de Serviço Social e pela apostila que norteou grande parte desse trabalho. Um agradecimento especial também ao querido tio Otávio.

Agradeço à assistente social Andreia, que talvez nem saiba da minha existência, mas que contribui de forma decisiva à prestar vestibular para o Serviço Social.

À equipe do Unidade de Internação de São Sebastião que me recebeu de braços abertos para realização da pesquisa do TCC. Em especial a doce Luana.

A querida Marlúcia, que sempre admirei durante as aulas de Infância, adolescência e cidadania e me orientou na realização desse trabalho – momento único para a minha formação estudantil – contribuindo com todo o seu conhecimento teórico-prático sinto-me muito agradecida.

Agradeço à Baiana e ao Ortegá, professores exemplares que marcaram a minha vida acadêmica com suas brilhantes contribuições durante as aulas. Muito obrigada por despertarem meu interesse por essa temática.

A todo o Departamento de Serviço Social, tenho orgulho da formação que tive durante todos esses anos e dos profissionais maravilhosos que contribuíram para minha formação profissional.

“Assim, há que colocar um imperativo para a profissão: Ousar saber para ousar transformar.”

Yolanda Guerra

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve a temática originada pelo interesse por políticas de esporte, cultura e lazer no ambiente da execução da medida socioeducativa de internação, uma vez que os direitos desses adolescentes autores de atos infracionais, apesar de serem reconhecidos legalmente, ainda permanecem sendo negados, comprometendo assim o alcance da proteção integral. O objetivo geral é identificar como a intersetorialidade está presente dentro da UISS, tendo como referência de análise as políticas de esporte, cultura e lazer, como direito previsto pelo SINASE, entendendo que o modelo de gestão da política de socioeducação está baseado no desenvolvimento de ações integradas entre as diversas políticas. Assim, a proposta da pesquisa ora apresentada tem como foco a Unidade de Internação de São Sebastião, avaliando de que forma que a política de esporte, cultura e lazer tem sido possibilitada como meio de ruptura da trajetória infracional dos adolescentes. A proposta metodológica se apresenta como qualitativa, com utilização das seguintes técnicas metodológicas para a coleta de dados: entrevistas estruturadas com os especialistas e adolescentes, além da análise do cotidiano de trabalho.

Palavras-Chaves: Adolescentes autores de atos infracionais; Medidas socioeducativa de internação; Política Social; Intersetorialidade; Esporte; Cultura; Lazer.

SIGLAS E ABREVIATURAS

CF - Constituição Federal

CONANDA - Conselho Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM - Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem de Estar

LA – Liberdade Assistida

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

NAI - Núcleo de Atendimento Integrado

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONG – Organizações não governamentais

PIA - Plano Individual de Atendimento do Adolescente

PNBEM - Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PSC - Prestação de Serviços à Comunidade

SAM - Serviço de Assistência a Menores

SEPCJ/GDF - Secretaria de Estado de Políticas para Criança e Juventude do Governo do Distrito Federal

SGD - Sistema de Garantia de Direitos

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUBSIS - Subsecretaria do Sistema Socioeducativo

UAMA - Unidade de Atendimento em Meio Aberto

UIBRA - Unidade de Internação de Brazlândia

UIP - Unidade de Internação de Planaltina

UIPP - Unidade de Internação do Plano Piloto

UIPSS – Unidade de Internação Provisória de São Sebastião

UISS – Unidade de Internação de São Sebastião

UnB - Universidade de Brasília

UNIRE - Unidade de Internação do Recanto das Emas

UNISS - Unidade de Saída Sistemática

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: MARCOS LEGAIS E POLÍTICAS DE ATENDIMENTO.....	15
1.1.Código de Menores 1927.....	16
1.2 Código de Menores de 1979.....	19
1.3 Constituição Federal de 1988.....	20
1.4 Estatuto da Criança e do Adolescente.....	21
2. SINASE: INTERSETORIALIDADE EM QUESTÃO.....	24
2.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente.....	26
2.1.1 Medidas de Meio Aberto.....	28
2.1.2 Medidas de Meio Fechado.....	28
2.3 Resolução Nº 119/2006 do CONANDA e Lei Federal do SINASE.....	29
2.4 Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo.....	32
2.5 Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal.....	33
2.6 Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas do Distrito Federal.....	35
3. POLÍTICAS DE ESPORTE, CULTURA E LAZER NO CONTEXTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	37
3.1 Programas de esporte, cultura e lazer existentes no DF.....	39
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	43
4.1 Atividade e programas oferecidos.....	46
4.2 A perspectiva dos Especialistas.....	49
4.3 A perspectiva dos adolescentes.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICES	60

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender em profundidade sobre a efetivação de direitos dirigidos aos adolescentes em medida socioeducativa de internação, com foco no direito ao acesso às políticas de esporte, cultura e lazer, tendo em vista analisar como o acesso a essas políticas tem sido viabilizados na Unidade de Internação de São Sebastião, além de avaliar como contribuem para a ruptura com a trajetória infracional e uma nova inserção familiar e comunitária.

Diante da afirmação e extensão do direito à proteção integral para os adolescentes e jovens autores de atos infracionais e em cumprimento de medida socioeducativa, implementado a partir da Constituição Federal brasileira de 1988, e regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – 1990, buscou-se, por meio da pesquisa ora apresentada, verificar se os adolescentes em medida socioeducativa de internação na Unidade de Internação de São Sebastião (UISS), vinculada à Secretaria de Estado de Políticas para Criança e Juventude do Governo do Distrito Federal (SEPCJ/GDF), têm tido acesso ao esporte, cultura e lazer, por meio de ações intersetoriais conforme determinado em lei, identificando também a importância de tal acesso no processo de ruptura com a trajetória infracional.

As bases de execução das medidas socioeducativas dirigidas aos adolescentes autores de atos infracionais, incluindo a de internação, estão previstas nos artigos 227 e 228 da Constituição Federal brasileira de 1988, e regulamentadas a partir dos seguintes documentos legais: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Resolução do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2006), Lei Federal do SINASE (Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012).

No artigo 8º, da Lei Federal do SINASE, em conformidade com os princípios do ECA, que prevê a aplicação de medidas socioeducativas, determina que sejam prestados uma série de serviços de atenção às necessidades humanas dos mesmos, durante o período em que se encontrarem sob a responsabilidade do Estado, em face da sentença judicial de privação de liberdade.

Segundo a Constituição Federal, o ECA e o SINASE o referido acesso é um direito dos adolescentes, e condição importante para a ruptura da sua trajetória infracional. Portanto, torna-se relevante investigar em que medida o esporte, cultura e lazer tem sido uma alternativa utilizada

como meio de desenvolvimento e ressocialização dos adolescentes em medida socioeducativa de internação na UISS-GDF.

Antes da aprovação do ECA, o que imperava nos antigos Códigos¹ era a doutrina da situação irregular², onde as crianças e adolescentes não eram reconhecidos como sujeitos de direito; a pobreza era considerada “caso de polícia” e havia um grande controle da infância abandonada e delinquente para garantia da ordem social. Sempre com uma visão higienista³, repressora e com um discurso que facilitava a inserção da criança no mercado de trabalho. O esporte não era uma opção, muito menos um direito no processo de ruptura com a trajetória infracional. A partir da Constituição Federal se torna direito de todos o acesso à cultura, esporte e lazer.

Com a aprovação do ECA em 1990, formalmente rompe-se com a doutrina da situação irregular, e adota-se a doutrina da proteção integral. Com essa nova doutrina, altera-se de forma substancial a responsabilidade do Brasil diante da infância e adolescência, que passa a assumir o papel de Estado garantidor dos direitos fundamentais. Assim é possível afirmar que com o referido Estatuto, surgem várias mudanças positivas para a qualidade de vida desse público, resultando numa mudança terminológica importante: abandona-se o uso do termo “menor”, marcado pelo estigma de objeto de atenção, e adota-se o conceito de “criança e adolescente”, sujeitos de direitos. Acarretou também, mudanças de referenciais e paradigmas com reflexos inclusive no trato da questão infracional; no plano legal, essa substituição representou uma opção pela inclusão social do adolescente em conflito com a lei e não mais um mero objeto de intervenção, como era no passado.

A partir do ECA verifica-se a ampliação do alcance da lei, para todas as crianças e adolescentes, por meio da previsão do acesso, aos serviços públicos fundamentais. Tendo atendimento especial para as crianças e adolescentes vítimas de violação de direitos, bem como dos violadores de direitos de outrem. Tal estrutura leva à ideia de uma pirâmide, com a seguinte

¹ No Brasil verifica-se a existência de dois Códigos de Menores, 1927 e 1979, dirigidos à assistência aos menores infratores.

² Menor carente, infrator, abandonado e inadaptados. O Estado deveria assistir a esses como forma de controlar a ordem social e manutenção da moral. Eram considerados objeto de direito.

³ Vigilância da saúde da criança, estabelecendo a inspeção médica da higiene. No sentido de intervir no abandono físico e moral das crianças. Era uma forma de limpeza social mesmo, retirar da vista da população essas crianças e adolescentes. Utilizado também para justificar a internação dos adolescentes para controle da pobreza, delinquência, doenças e manutenção da ordem social.

estrutura: as políticas sociais básicas ocupam a base, com a responsabilização do Estado com a universalização do acesso à educação e saúde; na posição seguinte a garantia de proteção básica, diante da situação de risco e vulnerabilidade, com os programas oferecidos pela política de assistência social; e caso não tenham resolutividade, está previsto a proteção especial, em caso de direito violado; tendo no topo da pirâmide, o adolescente que já passou por diversas negações dos seus direitos, e passa a demandar não apenas a proteção, mas a responsabilização simultânea, por ter alcançado a condição de vitimizador, e violador de direitos.

Dessa forma, evidencia-se que a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente instalaram⁴ um sistema estratégico de “proteção integral” dos direitos da crianças e adolescentes cujo intuito é a efetiva implementação da Doutrina da Proteção Integral, denominado Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Nele incluem-se princípios e normas que regem a política de atenção a crianças e adolescentes, cujas ações são promovidas pelo Poder Público em suas 03 esferas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), pelos 03 Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e pela sociedade civil, sob três eixos: Promoção, Defesa e Controle Social.

A lei exige que os direitos sociais, ora destacados, sejam garantidos pelo Estado e que, através dele, seja feita a gestão das políticas sociais de forma integrada, tendo em vista a proteção integral. Essas políticas devem se desenvolver de forma universal e integrada, como meio de alcance da proteção integral da criança e adolescente brasileiro. Portanto, o modelo de gestão previsto no ECA é baseado na intersetorialidade entre as políticas públicas, para efetivação e eficiência das políticas e serviços. Mas, o que acontece é que apesar de terem uma perspectiva de promoção universalizante, na prática estão se dando de forma cada vez mais focalizadas.

Frequentemente os direitos sociais básicos das crianças e adolescente são violados pelo Estado que não tem proporcionado políticas sociais eficientes, e que reforçam a “dificuldade” de reconhecer essas crianças e adolescentes como sujeitos de direito e pessoas em desenvolvimento. Assim a realidade de um adolescente em medida socioeducativa é pior, uma vez que seus direitos são cada vez mais negados em função da sua condição.

A pesquisa ora apresentada partiu da compreensão de que a metodologia representa mais do que uma descrição formal dos métodos e técnicas, indica também a leitura operacional que o

⁴ Cabe ressaltar que pensar da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente instalarem esse sistema de proteção integral, isso não se materializa na realidade.

pesquisador fez do quadro técnico (Laville, 1999). Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com especialistas e adolescentes em medida socioeducativa de internação na Unidade de Internação de São Sebastião. As técnicas metodológicas utilizadas para a coleta de dados: entrevistas semiestruturadas com 05 especialistas e 12 adolescentes⁵, sendo dois adolescentes por Módulo escolhidos de forma aleatória de acordo com o interesse de cada um, as entrevistas foram realizadas entre outubro e novembro de 2016. Também foi utilizado como técnica a análise participativa, revisão bibliográfica e análise documental. A proposta metodológica se apresenta como qualitativa.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro traz as condições históricas que elevaram ao reconhecimento do adolescente autor de ato infracional à condição de sujeito de direito: apresenta os Códigos de Menores (1927 e 1979), a Constituição Federal de 1988, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). No segundo apresenta-se as legislações vigentes, evidenciando o modelo de gestão adotado pela política da socioeducação, baseado na intersetorialidade. O terceiro capítulo busca relatar e fazer uma análise sobre a política social de esporte, cultura e lazer destinado aos adolescentes em medida socioeducativa e sua importância para o desenvolvimento do adolescente. No quarto e último capítulo, busca-se uma aproximação da realidade da Unidade de Internação de São Sebastião, a partir da apresentação e análise dos dados ali coletados.

O tema proposto apresenta escassez de trabalhos que o debatam. Discuti-lo no Trabalho de Conclusão de Curso é uma tentativa de refletir sobre a importância de fazer valer as legislações vigentes, garantindo o direito ao acesso dessas políticas, possibilitando a ruptura com a trajetória infracional e contribuindo para a materialização de uma política universal e intersetorial.

⁵ Atualmente a Unidade de Internação de São Sebastião atende 125 adolescentes.

CAPÍTULO 01 - INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: MARCOS LEGAIS E POLÍTICAS DE ATENDIMENTO

O conceito de infância variou ao longo da história. Os significados relacionados a essa fase foram diferentes durante o decorrer do tempo e nas diferentes regiões do mundo. Assim como o conceito, as medias destinadas a esse grupo também variaram bastante. De acordo com Aries (1981), somente no século XX surgiu o termo adolescente, que ele chama de “século da adolescência”. Por esse motivo, no decorrer da história somente o termo infância é abordado. O termo adolescente é recente e antigamente era algo desconhecido. Até o fim da idade média, os termos criança e adolescente eram empregados para meninas e meninos de diferentes idades, até mesmo rapazes de 18 a 20 anos eram denominados como crianças. Para Áries (1981), as concepções de criança e adolescência eram empregadas ao sentido de dependência e subalternidade. Não havia uma separação de criança e adolescente. A criança passava da fase da infância para a de adulto, não havia o período da adolescência.

O termo adolescente vem do latim e significa o crescimento, ou o processo de crescimento. O ECA considera criança aquela com até 12 anos incompletos, e adolescente aquele que está entre 12 e 18 anos. Mas, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o processo de transformações físicas e psíquicas na adolescência, pode iniciar antes ou prolongar até depois dos 18 anos.

A adolescência é uma palavra utilizada para designar as transformações psicossociais que acompanham as mudanças físicas e a transformação da imagem corporal, que terá características peculiares conforme o ambiente sociocultural do indivíduo. (OSÓRIO, 1992, apud JOST 2006, p.59).

Maurício Jesus (2006) fala que as mudanças físicas, as novas prioridades e a busca da identidade social são fatores que intensificam as crises típicas deste período do desenvolvimento. Ele afirma que o adolescente ao tentar afirmar sua identidade acaba fazendo escolhas, mesmo não estando certo delas. A principal característica da adolescência é o estabelecimento da identidade, assim acabam tendo um afastamento dos adultos, principalmente dos pais e um maior envolvimento com os amigos.

É uma fase muito delicada, uma vez que a adolescência é uma fase de transição que ocorrem diversas mudanças, onde a identidade está sendo construída e aonde ocorrem diversos conflitos.

Para Vigotsk (1983), é através da interação social que o ser humano aprende, se desenvolve e cria novas formas de agir no mundo. Aquilo que tomamos de mais pessoal por mais individual de um ser humano, foi construído a partir de sua relação com o indivíduo. A emoção e a efetividade não se separam e são características muito relacionadas e importantes para o desenvolvimento do indivíduo.

A partir das primeiras décadas do século XX, o processo de institucionalização e apresentação das primeiras legislações para o atendimento à infância e adolescência começa a aparecer. O menor era considerado objeto de atenção e não sujeito de direito. Partir-se-á do Código de Menores de 1927, mesmo sabendo que a privação de liberdade e o atendimento a esse público já era realizado no período colonial, com base na legislação dirigida aos adultos.

1.1 Código de Menores de 1927

No início do século XX, a partir da implementação da industrialização e urbanização no Brasil, o Estado assume, além das ações de polícia, ações assistenciais tendo em vista a manutenção da ordem. Para isso realiza ações de normatização e disciplinamento da pobreza, com destaque para a atenção aos menores. Rizzini (2006) diz que o interesse em relação à infância e adolescência pobre estava em disciplinar os menores e torná-los úteis para o trabalho, assim o Estado manteria a ordem social.

O Código de Menores de 1927, também chamado de Código Mello Mattos⁶ (Decreto nº 17.943 de 12 de outubro de 1927) tornou-se o documento de maior amplitude na questão do direito infanto-juvenil da época no Brasil e na América Latina (DEL PRIORE, 1999). Voltada para os menores delinquentes e abandonados, sendo as políticas para a infância, destinadas para aqueles que não possuíam família e para os que ameaçavam a ordem pública, reforçando a ideia de um controle social, moral e da pobreza.

O que marca esse Código é sempre a situação do menor como irregular, como perigo para a ordem social. Assim, quando os direitos das crianças e adolescentes eram violados, não havia a

⁶ Dr. José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, nascido dia 19 de março de 1864 na cidade de Salvador/BA, foi o primeiro Juiz da Infância e Juventude do Brasil.

sua identificação como pessoa em desenvolvimento, como sujeitos de direitos, mas sim como objetos de atenção, numa perspectiva assistencialista e policialesca⁷. O controle dos menores, conceito atribuído para a denominação da infância e adolescência considerada perigosa e pobre, se baseava na garantia da ordem e da moral, incorporando tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo, como a visão jurídica repressiva e moralista; o abrigo e a internação eram utilizados como forma de correção; o menor era visto como incapaz, além do Estado possuir poder absoluto sobre as famílias e a criança.

O discurso apresentava-se, com frequência, ambíguo, onde a criança precisava ser protegida mas também contida, a fim de que não causasse danos à sociedade. Esta ambiguidade na defesa da criança e da sociedade guarda relação com uma certa percepção de infância, claramente expressa nos documentos da época - ora em perigo, ora perigosa. Tais representações não por acaso estavam associadas a determinados estratos sociais, sendo a noção de periculosidade invariavelmente atrelada à infância das classes populares [...]. O foco sobre a infância pobre redundou no desenvolvimento de um complexo aparato jurídico-assistencial sob a liderança do Estado, materializado através da criação de inúmeras leis e instituições destinadas à proteção e à assistência à infância (RIZZINI, 2006, p.10).

O Código de Menores de 1927 se dirige a dois segmentos em especial: os menores abandonados e os menores delinquentes. As políticas eram voltadas para aqueles que não tinham família, que necessitavam de alguma proteção, ou que tinham famílias “imorais”, e aqueles que ameaçavam a ordem pública e deveriam ser “punidos”. Além disso, o Código excluiu o Sistema de Rodas⁸, mas preservou o silêncio sobre a origem das crianças abandonadas.

O Código de Menores de 1927 trouxe em seus artigos, expressões como “vadios e mendigos”, para classificar alguns menores. Os vadios eram aqueles que apesar de possuir família, tutores ou responsáveis não gostavam de receber instruções e viviam vagando pelas ruas. Os mendigos eram os que pediam esmolas. Esses termos se associavam diretamente aos menores em condição de pobreza, situação de rua ou ausência de controle por parte da família. Para esses estavam prevista a possibilidade de internação após uma avaliação social que incluía aspectos econômicos dos pais ou responsáveis e morais. Não podiam trabalhar, as crianças menores de 12 anos e a partir de 14 anos que não tivessem completado a instrução primária.

Conforme afirma Faleiros (2001), o Código de Menores exercia um forte controle da infância abandonada e delincente para garantir a ordem social, uma visão higienista e

⁷Não previa a instituição de direitos, mas apresentava como base uma orientação preventiva e repressora que visava à punição dos não ajustados ao processo de desenvolvimento empreendido pelo país (MIRANDA, 2008).

⁸ Surgiu no período colonial, atendia as crianças abandonadas. Esse sistema preservava a identidade de quem abandonava o bebê, eram amamentados por amas de leite.

repressora, facilidade de inserção da criança no mercado de trabalho (relação de exploração, salários baixos, trabalho pesado principalmente em indústrias). Os menores eram objetos de intervenção, e o trabalho precoce era uma forma de controle e disciplinamento; o abrigo e a internação eram medidas básicas de correção; assim os juízes tinham poder absoluto sobre a família e principalmente sobre as crianças e adolescentes.

Em 1941, o Decreto Lei nº 3.799 funda o Serviço de Assistência a Menores (SAM), órgão ligado ao Ministério da Justiça, com a atribuição de prestar amparo social a menores desvalidos e infratores. Tinha um caráter extremamente punitivo e repressivo. Para RIZZINI (1997), O SAM tinha como objetivos principais: “orientar e fiscalizar educandários particulares; investigar os menores para fins de internação e ajustamento social; proceder ao exame médico – psicopedagógico; abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos; promover a colocação de menores; incentivar a iniciativa particular de assistência a menores e estudar as causas do abandono”. Durante o período em que o SAM funcionou, os menores eram atendidos por segregação social, sempre com a responsabilização da sua condição. Segundo Faleiros (2011), essas práticas influenciaram de forma significativa nas propostas posteriores.

Em 1950 começam a surgir diversas denúncias direcionadas as instituições coordenadas pelo SAM, acabou tornando-se uma ameaça, devido às péssimas condições de higiene, às instalações precárias, ao ensino deficiente, à alimentação insuficiente e a muitos castigos físicos, denúncias de violência sexual, superlotação entre outros problemas. Havia, com isso, muitas denúncias de maus tratos ao menor, corrupção e despreparo dos funcionários.

No SAM as crianças desapareciam no meio de um verdadeiro presidio (com muros para metralhadoras e holofotes). Eram violentadas e permaneciam como ainda aconteceu uma década depois, inadaptadas. Havia aliciamento de menores para corrupção, desmazelo e falta de vigilância. As perseguições, os espancamentos e a fome, como armas de castigo, aconteciam diariamente (LUPPI, 1987 p.53).

As irregularidades repercutiram bastante e durante o regime militar, imposto a partir do Golpe Militar em 1964, surge a Fundação Nacional do Bem de Estar (FUNABEM), pela lei nº 4.513, de 1 de dezembro de 1964, substituindo o SAM. Assim, com a ajuda do Governo Federal, surgem as Fundações Estaduais do Bem de Estar do Menor (FEBEMs). A FUNABEM tinha como objetivos principais: formular e implementar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) a partir de estudos do problema e planejamento de soluções, como também a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem tal política.

Rizzini e Rizzini (2004), dizem que a partir da década de 1966 se instaura uma política Anti-SAM, a qual exprimia em sua proposta a valorização da família e da integração do menor na comunidade, embora não tenha sido o que ocorreu em sua implementação. As FEBEMs acabavam reproduzindo o tratamento inadequado dispensado pelo extinto pelo SAM, tornando-se unidades de violação de direitos, tal qual ou piores que o extinto SAM.

1.2 Código de Menores de 1979

Em 1979 foi promulgado o novo Código de Menores (Lei 6.697 de 10 de outubro de 1979), o qual se tornou a referência na época. Seu foco não era todas as crianças e adolescentes e sim aquelas que se encontravam em situação irregular. Para Faleiros (2001), situação irregular é o conceito chave para entender o referido Código. A grande discussão da época era o termo menor, que não abarcava todas as crianças e adolescentes, somente compreendia aquelas em situação irregular⁹. Podemos destacar que o referido Código, trouxe diversos artigos que avançaram em relação à garantia de direitos infanto-juvenil, mas a questão da manutenção da ordem social, política higienista, criminalização da pobreza continuaram presentes e fortes com o novo Código.

De acordo com Faleiros (2001), a situação irregular atingiria tanto os pobres em situação de risco, quanto os considerados perigosos e delinquentes, que sofriam ações repressoras. Não há uma distinção daquelas medidas destinadas a crianças e adolescentes vítimas de violação de direitos e àqueles que infringiram a lei, afirmando que as crianças e os adolescentes são objetos e não sujeitos de direitos.

Para Faleiros (2011), a situação irregular atenderia tanto aos pobres em situação de risco, com ações assistenciais, quanto aos denominados perigosos ou delinquentes, que representavam riscos para sociedade e deveriam receber ações repressoras. O juiz decidia sobre as sanções que a cada um deveria ser aplicada, sem o direito ao contraditório. A situação da pobreza determinava a irregularidade social, assim como o Código de 1927, a responsabilidade pela condição social era atribuída ao sujeito e a sua família somente.

O artigo 13 do Código de Menores de 1979 dizia: “Toda medida aplicável ao menor visará, fundamentalmente, à sua integração sócio-familiar.” (BRASIL, Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979). Porém, o atendimento ainda era realizado por meio da FUNABEM e FEBEMs,

⁹ Aquele que não se ajusta ao padrão estabelecido. Tanto pela sua conduta pessoal, prática do ato infracional, como da família e da sociedade.

eram ineficientes e com diversas desigualdades. Nessas Unidades eram incluídos os menores abandonados e os menores delinquentes.

Ambos os Códigos apresentavam um ideologia constituída por elementos da esfera social que determinavam como os destinatários dessa legislação deveriam se portar. Assim, devia-se proteger o menor para que ela não se desviasse de um dado padrão para que a ordem social e progresso fossem assegurados. Os menores em situação de abandono, os órfãos e os que mendigavam, eram objeto desses Códigos.

A partir da organização de movimentos sociais, de grupos de defesa dos direitos da criança e do adolescente como também pela influência de legislações internacionais, são gestadas mudanças no âmbito do atendimento designado à infância e à adolescência no país, incluindo o atendimento destinado aos adolescentes em conflito com a lei e em privação de liberdade, exigindo o fim dos procedimentos repressivos. O final do século XX, no Brasil, demonstra um processo de organização dos grupos que estavam à margem, dos movimentos sociais que encadearam as mais variadas lutas, novas práticas frente às crianças e adolescentes e à instituição de direitos de modo geral. A partir de então, novas enunciações e procedimentos para o público infanto-juvenil em conflito com a lei se colocam e são admitidas pela legislação brasileira.

1.3 Constituição Federal de 1988

Em 1980, paralelamente aos movimentos internacionais, o Brasil passava por diversas transformações sociais e políticas, haja visto a luta pela redemocratização do país. Grandes movimentos democráticos pressionavam o governo para elaborar instrumentos legais que mudassem a realidade daquela época.

A questão da criança e dos adolescentes ganharam forças, principalmente com a visibilidade das crianças em situação de rua, surgindo assim o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR) em 1985. Toda essa mobilização contribuiu para que houvesse uma reformulação da legislação das crianças e adolescentes no Brasil.

A Constituição Federal de 1988 foi instituída em um período de redemocratização do país e assim representou uma grande possibilidade de mudança política e social, ampliou a participação da sociedade civil e a criação dos Conselhos de Direitos, com o objetivo de realização do controle social nas políticas públicas. Trouxe disposições sobre a criança e adolescente em seu artigo 227, garantindo “proteção integral” e prioridades aos interesses destes,

em substituição ao paradigma da “situação irregular”. Destacam-se três aspectos importantes: princípio da cooperação entre a família, o estado e sociedade; criança como cidadão; sujeito de direitos em processo de desenvolvimento.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988))

Tais avanços constitucionais foram obtidos em meio a uma grande mobilização social que articulou vários setores, com a incorporação de inúmeros tratados e acordos internacionais de proteção à criança e ao adolescente, culminando também com a instituição da Convenção sobre os direitos da criança, em 1990. Com a Constituição de 1988, os direitos dos cidadãos passam a ser reconhecidos como dever do Estado. O termo “menor” não é mais admitido, e adota-se o conceito de “criança e adolescente”. Dessa forma abandona-se a doutrina da situação irregular, que direcionava a política de infância no Brasil, e entra em cena, a doutrina da proteção integral. Desde então a nova Constituição Federal se estende a todas as crianças e adolescentes, não mais apenas às denominadas em situação irregular.

Na Constituição Federal de 1988, os direitos das crianças e adolescente são reconhecidos, e em 1990, os artigos que reconhecem as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, são regulamentados pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

1.4 Estatuto da Criança e do Adolescente

Após aproximadamente dois anos da Constituição Federal de 1988 é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069/90. Com a participação ativa de vários segmentos, o ECA foi elaborado em um contexto significativo para a participação social, essa mobilização deu início na década de 1980 pela redemocratização do país que levou à convocação de uma Assembleia Constituinte. Veio ratificar o que determinava a Constituição Federal e as normativas internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça Juvenil. Esta legislação passou a regulamentar tudo que envolve o universo da criança e do adolescente no Brasil. Enfim, rompeu com um modelo reconhecido

repressor de ações caritativas, centralizado, repressivo, clientelista, com políticas fragmentadas onde não havia garantia de direito e não reconhecia a criança e adolescente como sujeitos de direitos.

Sendo assim, entende-se que essa mudança de concepção de “situação irregular” adotada anteriormente para “pessoa em desenvolvimento que necessita de cuidados protetivos” marca a passagem da doutrina da situação irregular para a doutrina da proteção integral. E diversos estudiosos da área da infância consideram tais avanços como uma revolução na concepção e indicativos para a estruturação das políticas sociais dirigidas a este segmento populacional, muito embora não se tenha alcançado ainda todas as determinações legais e garantidoras de direitos.

Destaca-se que o artigo terceiro desse Estatuto estabelece que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade a efetivação de direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. Ainda de acordo com o Estatuto, o poder público também é responsável por assegurar a efetivação de direitos de crianças e adolescentes, sendo assim responsável por formular e implantar políticas públicas que busquem a minimização de impactos nocivos e a maximização do bem-estar e do desenvolvimento saudável dos mesmos.

A política de abrigamento reconfigura-se, prioridade nas medidas de proteção sobre as medidas socioeducativas e assim acaba com o estigma de que somente abandonados e delinquentes serão contemplados nas legislações. Em relação aos atos infracionais, o que acontece é a limitação das autoridades judiciais, que nos antigos Códigos detinham poder absoluto sobre as crianças e adolescentes, além da implementação dos Conselhos Tutelares, onde seus representantes são escolhidos pela comunidade. Os Conselhos de Direito, passam a ser espaços públicos importantes para a deliberação da política social de atenção à infância, e em especial para a deliberação sobre a política de atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais sentenciados a cumprir as medidas socioeducativas previstas na nova legislação.

Desde então, se estabelece condições legais para que o Estado brasileiro mudasse suas ações no campo social, por meio da implementação de um conjunto de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da pobreza e da violação de direitos. Apresentou um novo modelo de gestão a ser adotado pela administração pública, baseada nas diretrizes constitucionais da descentralização e na participação da população, por meio de organizações representativas.

Embora com o ECA as crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos, no que tange ao tratamento aos adolescentes em conflito com a lei, a realidade das unidades de internação no Brasil historicamente revelam uma insuficiência de condições para a garantia dos direitos assegurados legalmente aos mesmos e persistindo uma desconsideração às garantias legais enunciadas na lei 8.069/90.

Em seu artigo 112 estão descritas as medidas socioeducativas e são: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III- prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional. Essas medidas tem como finalidade uma política de socioeducação para esses adolescentes, mas também apresentam um caráter punitivo. A questão da devolutiva para sociedade aparece de forma marcante na aplicação de uma medida socioeducativa.

Falando em adolescentes autores de atos infracionais, uma das novidades que o ECA traz é o período máximo que esse adolescente pode permanecer internado, que é de três anos; além de poder ser reavaliado a cada seis meses, até o juiz deferir pela sua liberação ou progressão de sua medida. A medida de internação é a medida mais severa e deve ser aplicada somente em casos extremos, em casos de atos infracionais graves ou em casos de reincidência. Todas as medidas devem atender o objetivo educativo, garantindo direitos fundamentais como a convivência familiar, e escolarização obrigatória.

Após 16 anos da publicação do ECA, é anunciada a formulação do documento orientador e normatizador do atendimento socioeducativo¹⁰, sancionado por meio da lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

¹⁰ SINASE: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Sistema integrado, deve articular os três níveis de governo para o desenvolvimento desses programadas de atendimento, considerando a intersetorialidade e a corresponsabilidade da família, comunidade e Estado. A implementação do SINASE objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos.

Capítulo 02 - SINASE: INTERSETORIALIDADE EM QUESTÃO

A Constituição de 1988 pautada na concepção de Estado democrático de direito trouxe ideias promissoras para o campo da política social brasileira. Nela se observa um grande avanço na possibilidade de estender, de forma articulada, os direitos sociais e fazer frente às enormes desigualdades sociais presentes no país. Altera as normas e regras centralizadoras e distribui as competências entre a união, estados e municípios.

Introduziu o conceito de seguridade social, trazendo o tripé: saúde, previdência e assistência social. Assim a população deve ter acesso a esses serviços afim de reduzir e prevenir situações de risco e de vulnerabilidade social. A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), vem para substituir a visão centrada na caridade e no favor, ela regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, que definem e garantem os direitos à assistência social, que é uma política pública, direito do cidadão e dever do Estado.

Assim, a proposta da Seguridade Social é pautada pela perspectiva de proteção integral, como modo de assegurar universalmente a proteção social dos brasileiros. Assim é necessário que as políticas sociais estejam articuladas intersetorialmente para que seja garantida a proteção integral.

Ao se discutir a integralidade da atenção, a intersetorialidade tem se colocado como um de seus grandes desafios. Grande desafio à medida que se observa a configuração fragmentada e desarticulada da política pública brasileira, o que impossibilita o atendimento das necessidades da população em sua integralidade.

Segundo Junqueira (2004, p.27) “cada política social encaminha a seu modo uma solução, sem considerar o cidadão na sua totalidade e nem a ação das outras políticas sociais[...]”. Assim, a população usuária dos serviços públicos é onerada pela desarticulação da política pública. As demandas dos usuários são encaminhadas de setor em setor, sem que se tenha a satisfação integral de suas necessidades. Onde tem que passar por várias seções e repetir a mesma história nos diversos atendimentos, esse é somente um exemplo das diversas situações que comprovam a fragmentação e a ausência de intersetorialidade das políticas para o atendimento da população.

Para compreensão da proposta contida na Constituição Federal brasileira, no que se refere à implementação das políticas sociais, destaca-se um conceito importante, o de intersetorialidade. Bourguignon (2001) traz o debate sobre o trabalho em rede, destacando que:

Trata-se da articulação entre as políticas públicas através do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas a proteção, inclusão e promoção da família vítima do processo de exclusão social. Considera-se a intersetorialidade um princípio que orienta as práticas de construção de redes municipais.

Pereira (2004, p. 17) diz que “apesar dos avanços sociais inscritos na Constituição Federal de 1988, prepondera a fragmentação da ação social estatal. E esta fragmentação se torna mais acentuada quando a realidade se torna complexa e portadora de novos desafios sociais”. A intersetorialidade é uma nova estratégia de gestão eficiente, que tem como objetivo otimizar os recursos garantir o acesso a diversos serviços especializados. Portanto, a partir destes conceitos, a intersetorialidade mobiliza sujeitos, setores e conhecimentos em prol da articulação integrada das políticas públicas.

Em suma, por essa perspectiva a intersetorialidade afigura-se como uma *síntese* possibilitada pela predisposição ao diálogo. E a sua pedagogia é a da comunicação. A sua grande tarefa é romper as barreiras comunicacionais que impedem o diálogo entre diferentes setores. Isso não significa anular particularidades, mas reconhecer os domínios temáticos, comunicando-os para a construção de uma síntese. E, para ser consequente, a ação intersetorial implica trabalhar com problemas concretos, de gentes concretas, em territórios concretos. (PEREIRA, 2004, p. 19)

Quando falamos de medidas socioeducativas, o conceito de intersetorialidade remete inicialmente à perspectiva de articulação entre os diversos setores institucionais com vistas a solucionar os problemas e atingir as demandas relacionadas aos adolescentes autores de atos infracionais, assim como de seus familiares, tendo como finalidade em comum atingir as metas e os objetivos propostos no atendimento às demandas e necessidades desses adolescentes.

No que se refere ao direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, a Constituição garante em seu Capítulo III, o acesso à educação, à cultura e ao esporte. Onde a educação é direito de todos e dever do Estado, visando o pleno desenvolvimento da pessoa. O Estado deve garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura, além de apoiar e incentivar as manifestações culturais. Já em seu artigo 217, traz que é dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e não formais, como direito de cada um. O Estado deve destinar recursos para promoção do esporte educacional, além de incentivar o lazer como uma forma de promoção social.

Diante todos os direitos descritos na Constituição, cabe ressaltar que é essencial que sejam fornecidas condições sociais adequadas ao acesso de todos os direitos e eles atribuídos, sendo que a situação de adolescente em conflito com a lei não restringe a aplicação do princípio

constitucional de prioridade absoluta, de modo que compete ao Estado, à sociedade e à família deve dedicar cuidado a esses adolescentes.

2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente

O ECA estabelece os direitos das crianças e adolescentes brasileiros, e define de qual forma eles serão garantidos, com destaque para a responsabilização da família, Estado e sociedade na garantia dos direitos estabelecidos.

Em seu artigo 1º especifica a proteção à criança e ao adolescente, rompendo com a categorização dos outros Códigos, que foram concebidos para atender apenas os pobres e não todas as crianças e adolescentes. O artigo terceiro diz que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar absoluta prioridade a efetivação dos direitos à vida, à alimentação, à saúde, à educação, ao esporte, à cultura, ao lazer, à profissionalização, ao respeito, à dignidade, à liberdade e à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes. Sendo assim, o poder público é responsável por formular e implementar políticas públicas que o acesso à essas políticas a fim de um desenvolvimento saudável.

O ECA traz no artigo 86 a política de atendimento dos direitos das crianças e adolescentes que deve estar articulado entre ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Em relação às medidas socioeducativas, esse artigo ganha maior importância com o conceito de incompletude institucional, (SINASE, 2006, p.29), a política de aplicação das medidas socioeducativas não pode estar isolada das demais políticas, devem ser articulados com os demais serviços e programas que visem atender os direitos dos adolescentes. As políticas sociais básicas, as políticas de caráter universal, os serviços de assistência social e de proteção devem estar articulados aos programas de execução das medidas socioeducativas, visando assegurar aos adolescentes a proteção integral. Essa intersetorialidade no atendimento é fundamental para a efetivação da garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Assim, no artigo 59, diz que os municípios com o apoio dos estados e da União, devem estimular e promover recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para infância e juventude.

De acordo com o ECA, a Constituição Federal e o Código Penal, os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, ou seja, não poderão ser condenados. As medidas socioeducativas estão previstas no artigo 112 que estabelece:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – advertência;
- II- obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviço à comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semiliberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacional;
- VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Volpi (2011, p. 20) diz que, “as medidas socioeducativas são aplicadas e operadas de acordo com as características da infração, circunstâncias sociofamiliar e disponibilidade de programas e serviços em nível municipal, regional e estadual.” Também diz que as medidas socioeducativas são punitivas aos adolescentes que cometeram ato infracional, porém os aspectos educativos devem ser primados, no sentido da proteção integral e acesso à formação e informação. De acordo com ele, esses elementos apresentam variação conforme a gravidade do ato infracional e/ou sua reiteração. Acrescenta que as medidas socioeducativas necessitam ser capazes de garantir que o adolescente supere sua condição de exclusão e que o ato infracional não seja incorporado à sua identidade, mas encarado como um momento da vida que pode ser alterado.

A advertência, o juiz conversa com o adolescente sobre o ato infracional e faz um documento relatando o ocorrido, o adolescente assina esse termo. Já na obrigação de reparar o dano, o juiz determina que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano ou compense o prejuízo da vítima.

O Distrito Federal é responsável pela execução das medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Liberdade Assistida (LA), Semiliberdade e Internação. Todas essas medidas estão sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Criança, mais especificamente da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo - SUBIS.

2.1.1 Medidas de meio aberto:

Segundo o SINASE, as medidas de LA e PSC devem ser priorizadas em detrimento das restritivas de liberdade, uma vez que durante o cumprimento dessas medidas, os adolescentes continuam residindo com sua família e convivendo em comunidade.

No Distrito Federal as 15 Unidades de Atendimento em Meio Aberto – UAMAS são responsáveis pela execução das medidas de LA e PSC, vêm nos últimos anos desenvolvendo meios de qualificar o acompanhamento dos adolescentes e seus familiares de forma a atender às demandas por diálogo, interação, desenvolvimento da autonomia e criatividade. (I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal, 2016, p.62)

Na LA, o adolescente não é privado do convívio família, mas tem restrições à sua liberdade e seus direitos. Nessa medida, o adolescente e seu responsável serão acompanhados por no mínimo seis meses, durante esse tempo, eles poderão ser inseridos em programas sociais com acompanhamento de frequência e rendimento escolar. Se a idade for compatível aos termos legais, poderá inseri-lo no mercado de trabalho formal. A PSC, pode ser cumprida pelo prazo de 01 à 06 meses, por até oito horas semanais.

Durante o cumprimento dessas medidas, são realizados encontros para elaboração do Plano Individual de Atendimento do Adolescente (PIA), nesse plano estão os objetivos e metas a serem alcançando durante esse período de cumprimento de medida. No geral, os objetivos mais comuns são: acompanhamento ou matrícula no ensino regular e matrícula em cursos profissionalizantes.

Cabe ressaltar, que no cumprimentos dessas medidas, a importância da intersetorialidade é muito grande. Uma vez que a rede funciona, e faz com que o adolescente e sua família tenham acesso às políticas de saúde, educação, esporte, cultura, lazer, profissionalização, assistência social e etc, a chance do adolescente voltar ao cometimento do ato infracional é muito menor.

2.1.2 Medidas de meio fechado:

A semiliberdade uma medida restritiva de liberdade onde há possibilidade de realizar atividades externas, em que a escolarização e profissionalização devem ser acompanhadas. Nessas atividades externas, o adolescente tem a liberdade de ir sozinho, mas deve respeitar os horários estabelecidos de retorno à Unidade. Assim pretende-se que o adolescente desenvolva a autonomia com responsabilidade. O prazo mínimo para cumprimento dessa medida é de 06 meses e cabe à autoridade judicial avaliar cada caso.

Atualmente no DF existem cinco Unidades de Atendimento em Semiliberdade, onde os adolescentes são separados por faixa etária: Taguatinga (18 à 21 anos), Gama e Recanto das Emas (17 anos) e Santa Maria (12 à 16 anos). A única unidade feminina está localizada no Guará.

No cumprimento dessa medida, as semiliberdades estão localizadas em casas residenciais, os adolescentes convivem em um mesmo espaço com os servidores, e essa é uma alternativa para uma convivência mais estreita possibilitando também uma maior interação com a família do socioeducandos. Com essa aproximação com a família, também é possível auxiliar no fortalecimento de vínculos, superação de dificuldades e inclusão em programas sociais. Mais uma vez o papel da intersetorialidade é essencial.

A internação está sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (ECA, art. 121). No que tange à brevidade, a internação não comporta prazo determinado, mas deverá ser reavaliada a cada seis meses. Não ultrapassará três anos, e a liberdade deverá ser compulsória aos vinte e um anos (ECA, art. 121 §2,3 e 5).

As políticas de atendimento dos direitos das crianças e adolescentes deve funcionar de modo transversal, articulando todas as políticas públicas. O que acontece é que historicamente as políticas sociais são setoriais e desarticuladas, por ter um modelo burocrático, hierarquizado e centralizador. Dessa forma, acaba gerando a fragmentação dessas ações e ineficiência no atendimento as necessidades da população. As ações somente irão ser atendidas de forma adequada, quando houver uma intersetorialidade com as diversas políticas como habitação, saúde, educação, emprego...

A intersetorialidade a partir da construção das redes intersetoriais, constitui-se em estratégia para a implementação de políticas públicas capazes de responder as demandas sociais numa perspectiva de garantia dos direitos e da cidadania, sobretudo referente às ações sociais no município (BRASIL. Assim Caminha o ECA, 2013, p 35).

2.3 Resolução nº 119/2006 do Conanda e Lei Federal do SINASE

Após 16 anos da publicação do ECA, surge a Resolução nº 119/2006 do CONANDA. Constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que requer iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais. Dessa forma, demanda a efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança e etc. São importantes para a

efetivação da proteção integral e efetividade das ações. Prioritariamente, seu objetivo é o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos direitos humanos.

O SINASE, enquanto um sistema integrado, articula os três níveis do governo para o desenvolvimento desses programas de atendimento, considerando a intersetorialidade e a corresponsabilidade da família, comunidade e Estado. Esse mesmo sistema estabelece ainda as competências e responsabilidades dos conselhos de direitos da criança e do adolescente, que devem sempre fundamentar suas decisões em diagnósticos e em diálogo direto com os demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, tais como Poder Judiciário e o Ministério Público. (Resolução nº 119, 2006, p. 14).

O SINASE é uma política pública destinada à inclusão dos adolescentes em conflito com a lei e demanda iniciativas de diversas áreas das políticas públicas e sociais, sendo o acesso à essas políticas é indispensável para o desenvolvimento do adolescente. A condição de adolescente em conflito com a lei não restringe a aplicação constitucional de prioridade absoluta, assim cabe ao Estado, à sociedade e à família prover os cuidados com esse público.

Apresenta alguns parâmetros a serem seguidos no que se refere ao atendimento ao adolescente, que deve ser pautado em um trabalho pedagógico e não pela punição e/ou coerção, como previa o antigo Código de Menores. Esse atendimento pedagógico deve estar diretamente relacionado com o que preconiza o ECA sobre a proteção integral ao adolescente: estar guiado pelo princípio da inclusão social e pela assistência integral ao adolescente, especialmente mediante políticas públicas que atendam e garantam os direitos fundamentais previstos no ECA, tais como saúde, educação, lazer, esporte, cultura e convívio comunitário, entre outros.

A estrutura física das Unidades de Atendimento, devem ser orientadas pelo projeto pedagógico e assim assegurar condições de um atendimento adequado que garanta o acesso aos direitos fundamentais dos adolescentes. Especificamente nas Unidades de Internação (onde a pesquisa foi realizada), deve ter: espaço adequado para realização de refeições, atendimento técnico e em grupo, salão para atividades coletivas, espaço para visita íntima, área de atendimento de saúde e ambulatório, espaço para atividades pedagógicas, espaço com salas de aulas adequadas, espaço para prática de esporte e atividades de lazer e cultura devidamente equipados e em quantidade suficiente para o atendimento de todos os adolescentes e por fim, espaço para profissionalização.

O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação perde apenas o direito à liberdade do convívio familiar e com a comunidade. Como forma de minimizar os danos, a Unidade deve garantir que o adolescente tenha acesso aos seus demais direitos. Uma

alternativa interessante seria locais adequados, seguindo todas as normas do projeto pedagógico com o número reduzido de adolescentes onde recebem assistência individualizada, possibilitando o melhor acompanhamento e sua inserção social.

Cabe destacar o eixo 6.3.4 da referida Resolução nº 119/2006, onde se destaca a importância do acesso as políticas de esporte, cultura e lazer como direito dos adolescentes, e importante para o processo de desenvolvimento e ruptura com a trajetória infracional:

1) consolidar parcerias com as Secretarias de Esporte, Cultura e Lazer ou similares visando o cumprimento dos artigos 58 e 59 do ECA; 2) propiciar o acesso a programações culturais, teatro, literatura, dança, música, artes, constituindo espaços de oportunização da vivência de diferentes atividades culturais e artísticas, e também de favorecimento à qualificação artística, respeitando as aptidões dos adolescentes; 3) assegurar e consolidar parcerias com Secretarias estaduais e municipais, órgãos e similares responsáveis pela política pública, ONGs e iniciativa privada no desenvolvimento e oferta de programas culturais, esportivos e de lazer aos adolescentes; 4) propiciar o acesso dos adolescentes a atividades esportivas e de lazer como instrumento de inclusão social, sendo as atividades escolhidas com a participação destes e respeitados o seu interesse; 5) assegurar no atendimento socioeducativo espaço a diferentes manifestações culturais dos adolescentes; 6) possibilitar a participação dos adolescentes em programas esportivos de alto rendimento, respeitando o seu interesse e aptidão (exceto internação provisória); 7) promover por meio de atividades esportivas, o ensinamento de valores como liderança, tolerância, disciplina, confiança, equidade étnico-racial e de gênero; e 8) garantir que as atividades esportivas de lazer e culturais previstas no projeto pedagógico sejam efetivamente realizadas, assegurando assim que os espaços físicos destinados às práticas esportivas, de lazer e cultura sejam utilizados pelos adolescentes. (Resolução nº 119, 2006, p. 60)

Muito embora o SINASE defenda a articulação entre as diferentes políticas públicas e sociais no atendimento socioeducativo, há dificuldade de se manter uma inter-relação institucional que assegure a execução das medidas socioeducativas dentro dos princípios e diretrizes do Sistema de Garantia de Direitos, ou seja, a ação integrada e articulada da política de atendimento socioeducativo para que os direitos desses adolescentes sejam realmente garantidos. A não realização das ações de forma articulada e intersetorial entre os diferentes programas/projetos socioeducativos trazem danos concretos no cumprimento da medida socioeducativa nos princípios garantidores dos direitos humanos.

Para a concretização dessa proteção integral ao adolescente em conflito com a lei, é necessário que as ações estejam incluídas nas três esferas de governo: estadual, distrital e municipal e respaldadas pelos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), bem como em todos os planos, políticas e programas específicos de atenção a esse público.

A Lei federal do SINASE (Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012), foi criada com o objetivo de promover maior efetividade ao que o ECA propunha em relação as medidas socioeducativas. Para o seu funcionamento é indispensável a articulação das várias áreas para maior efetividade das ações, inclusive com a participação da sociedade civil.

O Estado deve executar a política pública de socioeducação atendendo aos seguintes parâmetros, divididos nos referidos eixos temáticos: suporte institucional e pedagógico; diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual; cultura, esporte e lazer; saúde; profissionalização/trabalho/previdência; família e comunidade e segurança.

Tais parâmetros são importantes para o processos de inclusão dos adolescentes ao Sistema de Garantia de Direitos, bem como aos bens e serviços disponibilizados pelo Estado por meio das políticas públicas. Para que os adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas possam conquistar novamente o direito de viver em liberdade é necessário que todos os referidos parâmetros sejam estruturados, dando sustentação às ações a serem executadas pela política pública de socioeducação.

A política pública de socioeducação possui uma dimensão intersetorial. Está inserida nos diferentes subsistemas do sistema de proteção social, uma vez que para sua execução é necessária uma gestão compartilhada com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de saúde, educação, trabalho, assistência social e segurança pública.

2.4 Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo

O Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo é a base para a execução do SINASE, é a partir desse plano que ele é executado. Define expectativas e estratégias, determina a alocação de recursos públicos para cada ação. A estrutura do plano segue a seguinte estrutura: princípios e diretrizes, marco situacional geral, modelo de gestão e metas, prazos e responsáveis. Esse Plano é um desafio e um chamado à integração intersetorial.

Os princípios e diretrizes do Plano estão previstos no ECA, na Resolução 119/2006 do Conanda e na LF 12.594/2012, e nortearão as propostas de superação das dificuldades identificadas, na forma de objetivos, metas e períodos para sua execução.

Em seus princípios traz que o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa deve receber proteção integral dos seus direitos, além de ter um atendimento territorializado, regionalizado, com participação social e gestão democrática, intersetorialidade e

responsabilização, por meio da integração operacional dos órgãos que compõem esse sistema. Tem como diretriz, garantir a qualidade do atendimento de acordo com os parâmetros do SINASE.

Entre suas diretrizes estão a garantia da qualidade do atendimento socioeducativo de acordo com os parâmetros do SINASE e a garantia a oferta e acesso à educação de qualidade, à profissionalização, às atividades esportivas, de lazer e de cultura no centro de internação e na articulação da rede, em meio aberto e semiliberdade.

Um dos principais problemas na implementação e consolidação da política socioeducativa do país é a organização do sistema como um todo. Falta coordenar as articulações locais para que a aplicação das medidas socioeducativas seja eficaz e não reproduza o conceito menorista dos antigos códigos. O SINASE veio para manter permanente a articulação das políticas. A intersetorialidade é um eixo estruturante da organização dos serviços e possibilita processos decisórios organizados que interferem de forma positiva nas políticas socioeducativas.

De acordo com o Plano Nacional, nos últimos anos, muitos estudos e experiências demonstraram o quanto o sistema socioeducativo ainda não incorporou nem universalizou em sua prática todos os avanços consolidados na legislação. Os principais problemas para que isso ocorra são: a desarticulação das políticas setoriais na execução das medidas socioeducativas, a falta de interlocução entre as instituições e serviços da rede de atendimento e proteção, ausência de integração com programas destinados ao atendimento desses adolescentes, dificuldade em estabelecer parcerias para ampliar as medidas de meio aberto e violação constante dos direitos dos adolescentes.

O Plano Nacional do SINASE visa superar todos esses fatores, consolidando o Sistema de Garantia de Direitos dos adolescente e assim possibilitando uma reconstrução do seu projeto de vida e reintegração social.

2.5 Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal – PDASE

O Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal, foi lançado no dia 23 de junho de 2016, é norteado por princípios legais baseados no ECA, no SINASE e na Lei nº 12.594, de 21/12, e regulamenta a operacionalização da política de socioeducação no DF. Este documento traz como desafio estabelecer Portarias Conjuntas e/ou Termos de Cooperação Técnica, e pactuar diretrizes de ação junto às demais Secretarias, para garantir os direitos dos

socioeducandos à educação, assistência social, profissionalização, esporte cultura, lazer, saúde, transporte e assistência religiosa. As políticas que atendem as medidas socioeducativas não podem estar isoladas das demais políticas públicas, assim a necessidade e importância da intersetorialidade entre as secretarias

O referido Plano Decenal apresenta as diretrizes pedagógicas do SINASE (2006) quanto ao atendimento socioeducativo para que contribuam na ação dos socioeducador, vale destacar algumas como:

- 1- Incentivar o protagonismo, participação e autonomia do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas e de suas famílias. É de extrema importância a aproximação da família no processo ressocialização do adolescente, além de conhecer a peculiaridade de cada um, as dificuldades das famílias e o não acesso a alguma política pública.
- 2- Garantir a oferta e acesso à educação de qualidade, à profissionalização, às atividades esportivas e de cultura no centro de internação e na articulação em rede, em meio aberto e na semiliberdade. As Unidades de Internação devem oferecer espaços adequados para o acesso dessas atividades além de realizar parcerias para efetivação e acesso desses direitos. Essas atividades são alternativas e possibilidades no processo de ruptura com a trajetória infracional, além de proporcionarem autonomia e participação dos adolescentes.
- 3- Garantia da Unidade na gestão do SINASE, por meio da gestão compartilhada entre as três esferas de governo, pelo mecanismo de cofinanciamento. É dever dos municípios, estado e União garantirem recursos para efetivação e acesso de todos os direitos dos adolescentes em medida socioeducativa.

Visa a superação definitiva do caráter filantrópico, incorporando um caráter de política pública, proteção integral do adolescente, promoção e participação intersetorial, gestão democrática e a superação do caráter punitivo para adotar o caráter educativo. Essa intersetorialidade é importante para prevenção e enfrentamento.

As dificuldades em estabelecer portarias, termos de cooperação técnica e pactuar diretrizes junto às demais secretarias para garantir os direitos dos socioeducandos à educação, assistência social, profissionalização, esporte, cultura, lazer e saúde são um grande desafio para as medidas socioeducativas, além de melhorias da infraestrutura das unidades e concursos para servidores.

2.6 Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas do Distrito Federal

O Projeto Político Pedagógico, foi lançado em 2013 e tem como objetivo, implementar uma proposta elaborada com a participação da comunidade socioeducativa, coerente com a doutrina da proteção integral e as legislações, proporcionando aos adolescentes privados de liberdade condições para o desenvolvimento da autonomia, o aprendizado da cooperação e da participação social. Dentro desse espaço, deve buscar a integração das políticas públicas, assegurando o acesso dos adolescentes e familiares à rede de serviços e programas sociais, buscar a ampliação da rede com parcerias.

As políticas sociais básicas, as políticas de caráter universal, os serviços de assistência social e de proteção devem, portanto, estar articulados aos programas de execução das medidas socioeducativas, visando assegurar aos adolescentes a proteção integral. Conforme o SINASE (2006, p.31):

A operacionalização da formação da rede integrada de atendimento é tarefa essencial para a efetivação das garantias dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, contribuindo efetivamente no processo de inclusão social do público atendido.

Em relação às referências de implementação de programas, projetos e serviços de esporte, cultura e lazer nas unidades de internação, destaca-se um documento importante, que é o Projeto Político Pedagógico do Distrito Federal. O referido documento funciona como um ordenador de ações e gestão do atendimento socioeducativo. De acordo com esse Projeto, os adolescentes apontaram que as atividades de esporte, cultura e lazer são importantes e devem ser realizadas ao longo do dia, porque contribuem para que eles não fiquem ociosos “pensando coisas ruins e coisas erradas”. Os momentos em que jogam futebol, queimada e alguns outros jogos constituem momentos de diversão e de aproximação entre os mesmos e os educadores. Nele está previsto diversas atividades relacionadas a esporte, cultura e lazer, como: oficinas de música, grupos de teatro, atividades de capoeira, torneios de futebol, atividades recreativas, oficinas de artesanato, espaço para realização de Hip Hop, assistência religiosa e a utilização dos espaços de esporte, cultura e lazer numa proposta visando superar conflitos entre socioeducandos.

O Projeto também prevê como devem ser as estrutura físicas das Unidades, para que não comprometa o atendimento adequado dentro das mesmas. Dentro das Unidades devem ter espaços de interação e lazer, espaços para práticas esportivas eventos culturais.

No decorrer do trabalho, vamos analisar se dentro da UISS existem todos esses espaços e programas para a realização de atividades relacionadas ao esporte, cultura e lazer. E se são implementados programas e projetos nessa temática.

CAPÍTULO 03 - POLÍTICAS DE ESPORTE, CULTURA E LAZER NO CONTEXTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Para compreender as políticas de esporte, cultura e lazer é necessário contextualizar o que é política pública e como ela está inserida diante da atual conjuntura econômica e política do Brasil. Política pública não é sinônimo de política estatal.

A palavra pública, que sucede a palavra política, não tem identificação exclusiva com o Estado. Sua maior identificação é com o que em latim se denomina de *res publica*, isto é, *res* (coisa), *publica* (de todos), e, por isso, constitui algo que compromete tanto o Estado quanto a sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo (Pereira, 2008 p. 94).

As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil por meio da pressão e mobilização social. Visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente. (Teixeira, 2002)

Dentro do conjunto de direitos sociais previstos na Constituição Brasileira (1988), é referenciado o esporte e o lazer. Consta no Art. 217: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988). No § 3º: “O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social” (BRASIL, 1988). E ainda, em seu Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Estando já em situação de fragilidade social e pessoal, o adolescente que cumpre medida de internação sofre com uma ruptura aos seus direitos, estando em situação agravada e em necessária reconceituação do papel social que irá desempenhar e ser acompanhado, a partir do momento que é acolhido na instituição para, assim, seguir com uma ressignificação social e estabelecimento de sua autonomia. Assim, aprimorar a identificação e fortalecimento das redes governamentais e não governamentais do Distrito Federal no atendimento a esse adolescente, oferecendo possibilidades maiores de novas metodologias e estratégias de enfrentamento com abordagem interdisciplinares.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no capítulo IV traz o direito à educação, à cultura, ao Esporte e ao Lazer. O artigo 53 diz que a criança e adolescente têm direito à educação, o artigo 58 traz o direito ao acesso a liberdade e do acesso à cultura. A seção VII do ECA, fala da internação, que constitui uma medida privativa de liberdade, mas que deve respeita à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Em seu artigo 124 cita os direitos do adolescente privados de liberdade, entre eles: XII – realizar atividades culturais, esportivas e de lazer.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, determina que todas as entidades ou programas que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas devem consolidar parcerias com as Secretárias de Esporte, Cultura e Lazer no intuito de cumprir os artigos 53 a 59 do ECA, que determina que o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. Discorre sobre o acesso a programações culturais e artísticas, ao acesso a atividades esportivas e de lazer como instrumento de inclusão social, inclusive de programas esportivos de alto rendimento.

Essas atividades devem ser oferecidas sempre com a participação do adolescente e respeitando o seu interesse e aptidão. Através dessas atividades promover ensinamento de liderança, tolerância, respeito, confiança, equidade étnico racial e de gênero. Além disso, deve consolidar parcerias com as secretarias estaduais e órgãos responsáveis pelas políticas públicas, além de ONGs e iniciativa privada no desenvolvimento e oferta de programas culturais, esportivos e de lazer dos adolescentes. É responsabilidade das Unidades de Internação garantir que as atividades esportivas, de lazer e culturais previstas no projeto pedagógico sejam efetivamente realizadas.

No mesmo documento, nas especificações arquitetônicas, prevê que as Unidades de Internação devem ter: auditório, campo de futebol, quadra poliesportiva coberta, anfiteatro e espaço ecumênico. Essas especificações devem ser seguidas para garantir o acesso à essas políticas.

José Filho (1999) ainda diz que a discussão sobre o exercício da cidadania está diretamente relacionado à existência e o acesso às políticas públicas em todas as possibilidades de manifestações, incluindo também o esporte, cultura e lazer. Nota ainda que governos municipais dos estados brasileiros destinam em torno de 0,4% de seus orçamentos para setores de cultura, esporte e lazer, o que é algo preocupante e pouco, visto a demanda encontrada. Além do mais, os projetos sociais que ganham maior visibilidade nessas temáticas, acabam

desresponsabilizando o Estado e colocando uma visão filantrópica para esses temas, ainda mais em uma sociedade como a nossa, que valoriza o trabalho e que não vê essas políticas como prioridade.

A reflexão sobre a implementação de políticas públicas para essas temáticas, contribui para a percepção da necessidade de, cada vez mais, se buscar políticas pautadas em uma perspectiva intersetorial. Essas políticas devem ser pensadas visando ações articuladas com questões prioritárias da vida social.

Gutierrez (2001, p. 113): “a melhoria da qualidade de vida da população, depende de uma política pública bem articulada, na qual seus diferentes aspectos sejam tratados de forma a que se auxiliem e se potencializem mutualmente, num efeito de sinergia cujo resultado final será maior que a soma das partes.”

Segundo Bramante (2004), na maioria das vezes em que as políticas de lazer são formuladas, não são implementadas e quando o são, geralmente não resistem aos mínimos critérios de perenidade, particularmente quando da transição de governo, mesmo quando um mesmo partido se mantém no poder. Pois, além da falta de uma política Pública Nacional, existem outros motivos para o descrédito do esporte e lazer.

Cabe então destacar, a associação do lazer e do esporte à educação e vulnerabilidade social, sua aproximação com temas como qualidade de vida, incentivo à atividade física e inclusão social. Além disso, evidências reforçam a importância da implementação concreta de políticas públicas voltadas ao esporte e lazer a nível municipal, estadual e federal (DARIDO; RANGEL, 2008; MARCELLINO, 2007; GUARESCHI, 2004).

O Estado como agente normatizador e facilitador, deve elaborar e executar programas e políticas públicas de esporte, cultura e lazer. É importante promover ações junto à comunidade para que seja respeitado as características do seu contexto e através dessas políticas, possibilitem o desenvolvimento pessoal e a integração social.

3.1 Programas de esporte, cultura e lazer existentes no DF

O Esporte e o Lazer no Brasil, ainda se configuram como Política de Governo e não Política de Estado, sem verbas vinculadas para implementação das Políticas Públicas, e definição clara dos agentes e suas respectivas competências entre as diferentes esferas, quais sejam: União,

Estados e Municípios. Esta situação provoca grande parte das dificuldades de democratização do Esporte, cultura e Lazer no Brasil.

No Distrito Federal existem alguns programas criados pelo Ministério do Esporte ou pela Secretaria de Esporte e lazer. Vamos destacar alguns deles e analisar seus objetivos.

O Segundo Tempo é uma iniciativa do Ministério do Esporte destinada a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, promovendo o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e regularmente matriculadas na rede pública de ensino¹¹. Esse é o discurso do programa.

É desenvolvido por meio da formalização de parcerias entre as entidades públicas e o Ministério do Esporte, com vigência pré-estabelecida de 24 meses. O Programa foi criado em 2003 atende crianças de Santa Maria, Itapoã, Varjão, Paranoá, Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Gama, Núcleo Bandeirante, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II, Samambaia, São Sebastião, Sobradinho I e II e Taguatinga. Cada núcleo de atendimento recebe em torno de 70 à 100 crianças e adolescentes entre 06 à 17 anos, com turmas de no máximo 35 alunos. São oferecidas 03 modalidades esportivas, sendo 02 modalidades coletivas e uma individual. As atividades são realizadas 02 vezes por semana, sendo 03 horas diárias ou 03 vezes por semana, sendo 02 horas diárias.

Em 2008, foi criado o Programa Segundo Tempo – Piloto Socioeducativo, que tinha como objetivo atender os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, com o objetivo de democratizar o acesso ao esporte educacional, como forma de inclusão social, efetivação dos direitos e construção da cidadania. Deve ser implementado 02 atividades coletivas livres e o xadrez como modalidade obrigatória. O material será fornecido pelo Ministério do Esporte e pela ONG Pintando a Liberdade. A grade horária das atividades será de 03 vezes na semana, de 02 à 04 horas diárias, sem prejudicar as atividades escolares e demais atividades desenvolvidas nas Unidades.

O Programa Esporte à meia noite foi criado por meio do Decreto Nº 20.610, de 20 de setembro de 1999, é um programa da Secretaria de Segurança Pública do GDF. Atualmente funciona em 09 regiões administrativas: Gama, Ceilândia, Estrutural, Planaltina, Itapoã, São Sebastião, Sobradinho II, Santa Maria e Samambaia. Os professores são cedidos pela Secretaria

¹¹ Essas orientações foram extraídas do site: www.esporte.gov.br

de educação e são oferecidas modalidades como basquete, boxe, damas, dominó, futebol, capoeira, tênis de mesa, vôlei e xadrez. O programa possui como objetivo geral, desenvolver atividades esportivas, culturais e educativas para adolescentes com a finalidade de diminuir a criminalidade juvenil; ou ainda, combater, de forma preventiva, a criminalidade juvenil por meio do desenvolvimento de ações esportivas, de qualificação profissional e de lazer, destinadas à expressão de seus valores culturais e voltadas à construção de sua cidadania¹². Esse é o discurso oficial do programa funciona de segunda à sexta feira das 23h às 02h, o decreto prevê o apoio de monitores e acompanhamento de profissionais da área de educação física e de apoio pedagógico e psicossocial.

Em agosto de 2016, foi anunciado o que Programa deve atender adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto, que prestam serviços comunitários ou que estão em liberdade assistida nas unidades de meio aberto de Ceilândia, do Guará, do Paranoá, de Samambaia, de Santa Maria e de São Sebastião. Todas as atividades ocorrerão nos centros olímpicos das regiões administrativas ou das proximidades. Os adolescentes do sistema socioeducativo farão as atividades no período vespertino ou matutino, uma vez por semana. Serão duas horas de aula de futsal ou futebol e, em outras duas horas, serão definidas práticas diferentes, de acordo com a necessidade dos jovens. O objetivo da Secretaria da Segurança é que, até 2017, sejam atendidos os adolescentes das 15 unidades de meio aberto do sistema socioeducativo¹³.

Os Centros Olímpicos são programas desenvolvidos pela Secretaria de Esporte e Lazer através de parcerias, tem como objetivo contribuir para a qualidade de vida da comunidade atendida. A proposta do programa oferece, prioritariamente, às crianças e adolescentes, alternativa diferente de vida usando atividades sociorecreativas, esportivas e de lazer, em que os valores como cooperação, solidariedade, pensamento crítico, autoestima, propiciem enriquecimentos internos, transformando assim as expressões da sua conduta¹⁴. As unidades também oferecem atividades a adulto, idosos e pessoas com deficiências. Os Centros Olímpicos estão localizados em Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo

¹² Essas orientações foram extraídas do site: www.ssp.df.gov.br

¹³ O programa foi anunciado no dia 29 de agosto de 2016, em uma cerimônia de ampliação do Programa, no Centro Olímpico de São Sebastião. Site: www.agenciabrasilia.df.gov.br

¹⁴ Essas orientações foram extraídas do site: www.esporte.df.gov.br

I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Setor O. Durante o final de semana, a comunidade pode acessar os espaços dos Centros Olímpicos, exceto as piscinas.

Com os Centros Olímpicos houve a descentralização das políticas de esporte no Distrito Federal, fazendo com que eles fossem construídos nas regiões administrativas. No entanto, das 31 regiões administrativas, apenas 10 recebem esse grande equipamento que são os Centros Olímpicos. É um avanço muito grande colocarem os Centros Olímpicos para funcionar no final de semana, visto que o trabalhador em geral tem apenas o final de semana para desenvolver o lazer.

Todos os Programas apresentados, sugerem um público alvo para o acesso daquele que deveria ser um direito de todos, configurando uma focalização das políticas nas regiões mais carentes do Distrito Federal, sobretudo da juventude pobre. Isso dificulta, porque acaba limitando o acesso ao esporte como um direito social, visto que apenas os mais pobres entre os pobres podem ter acesso à política dos Centros Olímpicos. Esse processo de focalização das políticas sociais, no caso específico do esporte, está em consonância com a lógica neoliberal, na qual se perde a noção de direitos universais em prol de “direitos” focalizados (NETTO, 2007).

O esporte coloca-se como um dos elementos que pode contribuir para a cidadania à medida em que se coloca como uma forma de manifestação cultural. Porém, para que o esporte se concretize como direito social, são necessárias políticas públicas que sejam universais. O que vimos com esses Programas que foram apresentados é que, embora o esporte esteja na Constituição Federal como um direito, há limites para sua concretização. Pois, com a lógica neoliberal, o indivíduo passa a se responsabilizar pela busca deste serviço no mercado e aqueles que não podem pagar contam com a atuação focalizada do Estado, sendo que este se utiliza em grande escala do “terceiro setor” para que as políticas esportivas sejam realizadas (NETTO, 2007).

CAPÍTULO 04 – ANÁLISE DOS DADOS

A metodologia utilizada na pesquisa sustentou-se em uma abordagem teórico crítica, materialista histórico dialético, que interpreta a realidade a partir de condicionantes históricos, econômicos e sociais, dentre outros, que por sua vez interagem em um jogo de contradições que dinamizam a realidade social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde os dados foram obtidos por meio da realização de entrevistas semiestruturadas e observação participante nas dependências da Unidade de Internação de São Sebastião, com 12 adolescentes e 08 servidores.

Segundo Minayo (2010), uma investigação qualitativa demanda atitudes que possibilitem a flexibilidade e abertura para a coleta de informações, favorecendo a interação entre os investigadores e os sujeitos envolvidos. Ainda conforme Minayo (2010, p.63), “[...] o trabalho de campo deve ser realizado a partir de referenciais teóricos e também de aspectos operacionais. Isto é, não se pode pensar num trabalho de campo neutro”. Dessa forma o trabalho de campo torna-se peça chave para a compreensão das indagações propostas pela pesquisadora.

A pesquisa realizou-se na Unidade de Internação de São Sebastião (UISS), e contou com a participação de 12 adolescente, todos do sexo masculino e idade inferior a 18 anos. A escolha dos adolescentes deu-se de forma aleatória, sendo 02 adolescentes por Módulo e de acordo com o interesse de cada um. Também participaram da pesquisa 04 especialistas da Unidade, 01 professor de educação física, 02 responsáveis pela orquestra e uma pessoa da Gerencia da Unidade, totalizando 08 servidores.

O objeto da pesquisa foi verificar a implementação da intersetorialidade na UISS, mais especificamente se o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação na UISS tem acesso às políticas de esporte, cultura e lazer. A partir disso, como essas políticas contribuem para o processo de ruptura com a trajetória infracional.

O estudo proposto se orienta pelo método do materialismo dialético, caracterizando-se como uma pesquisa qualitativa, sendo uma entrevista do tipo semiestruturada, “[...] o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas aos indivíduos são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado.” (LAKATOS; MARCONI, 1991 p. 197) Utilizou-se como técnica revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, análise participativa e análise documental.

Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com os adolescentes. Na ocasião, buscou-se obter informações sobre noção de esporte, cultura e lazer, a frequência que essas atividades são desenvolvidas na Unidade, a importância dessas atividades para eles e se eles consideravam que eram direito ou um benefício. Durante a aplicação da entrevista, foram surgindo novas perguntas.

Para conhecer o perfil dos participantes e com o objetivo de enriquecer a pesquisa, no instrumento de pesquisa havia um campo para preenchimento de alguns dados como: sexo, idade, raça/cor, há quanto tempo cumpre esta medida, escolaridade e qual região administrativa que reside.

Para os especialistas, foi aplicado um questionário que buscava obter informações sobre a equipe de especialistas, sobre as políticas de esporte, cultura e lazer como direito dos adolescentes e a dificuldade de implementação das mesmas.

Inicialmente as entrevistas e questionários somente aplicados para os Especialistas e alguns adolescentes. Durante o processo de observação e aplicação dos questionários e observação do cotidiano, se estendeu para outros profissionais, que por vontade própria manifestaram o interesse em participar da pesquisa, que foram: o professor de educação física e os dois responsáveis pela orquestra. Essas pessoas contribuíram de forma significativa na realização da pesquisa, pois são pessoas diretamente ligadas aos objetos centrais da pesquisa, esporte, cultura e lazer. Para essas pessoas, foram realizadas entrevistas sem um roteiro pré estabelecido.

Para identificação da Unidade de análise desta pesquisa, é necessário apresentar a estrutura executiva de socioeducação no Distrito Federal. De acordo com o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo, instituído pelo Decreto 35.697 de 1º de agosto de 2015, existem no DF 07 Unidades de Internação, Unidade de Internação de Planaltina (UIP), Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE), Unidade de Internação de São Sebastião (UISS), Unidade de Internação de Santa Maria (UISM), e Unidade de Saída Sistemática (UNISS). Além dessas Unidades, também temos a Unidade de Internação de Brazlândia (UIBRA) que atualmente funciona no mesmo terreno da UISS, e a Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS), mais conhecida como CESAMI, seu antigo nome.

As Unidades de Internação recebem os adolescentes de acordo com a sua faixa etária, assim a UNIRE e UIBRA recebem os jovens de 18 à 21 anos. A UISS é uma unidade

diferenciada, pois destina-se aos adolescentes em processo de desligamento do sistema socioeducativo.

A pesquisa realizou-se na Unidade de Internação de São Sebastião (UISS), que foi inaugurada no dia 20 de fevereiro de 2014. Tem capacidade para atender 145 adolescentes, mas segundo a Resolução do Conanda, e que deve ser seguida pela Secretaria da Criança, deveria atender no máximo 90 adolescentes. Atualmente atende 125 adolescentes, o que coloca tal Unidade em descumprimento da determinação legal.

Os adolescentes em cumprimento de internação naquela Unidade estão divididos em 07 Módulos (M1, M2, M3, M4, M5, M6 e M10), sendo o M10, o de passagem/adaptação, aonde eles ficam cerca de 10 dias. Cada Módulo tem entre 15 e 20 adolescentes e cada quarto abriga no máximo 02 meninos.

Assim que chegam, os adolescentes são encaminhados para o Módulo 10 onde ficam alguns dias em fase de adaptação. Nesse Módulo não é oferecido nenhuma atividade aos iniciantes na medida socioeducativa de internação, nem mesmo a escolarização. Após esse período de adaptação, ele é encaminhado para um dos seis Módulos da Unidade. Nessa mudança equipe tenta fazer uma divisão por idade, compleição física e rixas, tendo em vista minimizar os riscos de ocorrências de violências entre os internos. Cabe ressaltar novamente, que no mesmo espaço físico (com equipes diferentes) da UISS, funciona temporariamente a Unidade de Internação de Brazlândia (UIBRA), que divide a escola, ginásio e utiliza os Módulos 07, 08 e 09 da UISS.

Os servidores, Atendentes de Reintegração Social (ATRSs), que atuam diretamente com os socioeducandos, trabalham em uma escala de 24x72, e cada plantão conta com no mínimo 30 servidores. Existe um Gerente de Segurança que é responsável por todos os outros ATRSs, e pela segurança da Unidade, o que envolve os internos e os servidores de uma forma geral.

Atualmente a Unidade conta com 06 especialistas, sendo 02 assistentes sociais e 04 psicólogos. As duas pedagogas da Unidade estão com cargos na direção e gerência, sendo assim, a equipe de especialistas não tem um profissional da pedagogia. A carga horária deles é de 40 horas semanais. Esse é um dos grandes problemas enfrentados na Unidade, uma vez que a equipe não é interdisciplinar e sim multidisciplinar. O número de especialista é pequeno para atender a demanda dos adolescentes e o trabalho dos especialistas acaba sendo exaustivo e precarizado.

Durante o período matutino, os adolescentes dos módulos M1, M2 e M3 vão para a aula, enquanto os módulos M4, M5 e M6 ficam no banho ou estão em alguma atividade. Durante o período vespertino inverte, os meninos que estavam no banho de sol vão para aula e os outros ficam nas atividades ou banho de sol. Cabe ressaltar que aqueles adolescentes que não participam de nenhuma atividade¹⁵ contraria à aula, ficam grande parte do tempo nos quartos ou no banho de sol. Os adolescentes não são autorizados a levarem materiais escolares para dentro dos quartos e não possuem um plano de ensino para o horário inverso as aulas. Essa situação acaba prejudicando o processo de desenvolvimento do adolescente e ferindo os princípios do SINASE, o adolescente acaba passando grande parte do seu dia encarcerado sem nenhuma atividade de caráter pedagógico.

4.1 Atividades e programas oferecidos

Dentro da Unidade de Internação de São Sebastião são oferecidas algumas atividades de esporte, cultura e lazer, em parcerias com Organizações Não Governamentais. Outras parcerias são firmadas entre a comunidade e a própria Unidade, e outras são ações desenvolvidas pelos próprios servidores.

Destaca-se a Orquestra Plena Harmonia: Foi uma iniciativa do educador Mafá Nogueira, maestro da orquestra, professor de música da Secretária da Criança. Teve seu início em 2012 na antiga Unidade de Internação do Plano Piloto - UIPP, na época conhecida como CAJE. Primeiramente eram oficinas de música para os adolescentes daquela Unidade e no final de 2012, a Orquestra foi criada. Sempre existiram apresentações internas e externas em vários espaços do Distrito Federal.

Em 29 de março de 2014 a UIPP foi desativada e a Orquestra e as oficinas de música, foram transferidas para a UISS, somente os adolescentes dessa unidade participavam da orquestra. Em julho de 2016, a orquestra firmou uma parceria com a Faculdade de Artes Dulcina de Moraes e passou a atender os adolescentes do meio aberto (liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade, semiliberdade e saída sistemática). Os adolescentes em medidas de meio aberto, vão até a Faculdade Dulcina de Moraes para participar das aulas de música e das apresentações da orquestra.

¹⁵ No decorrer do trabalho vamos conhecer as atividades oferecidas dentro da UISS e quais são os adolescentes que participam dessas atividades.

Na Unidade as aulas funcionam duas vezes por semana, eles tem aulas práticas e teóricas, tanto para aprender a tocar, ler partituras e se desenvolver. Para o professor Mafá, os adolescentes são muito abertos para conhecer novas coisas, muito dedicados no processo de aprendizagem, eles não tem medo de errar. As Unidades apoiam o projeto, mas ele acredita que a maior dificuldade que os adolescentes tem, é o tempo com os instrumentos. Eles não são autorizados a levarem o instrumento para os quartos e o único momento de aprendizagem e treino são nas aulas.

A atividade da horta também tem sido avaliada como importante. No início da Unidade, a horta era uma atividade desenvolvida por um servidor, que teve a iniciativa e que cuidava do seu funcionamento. Com o remanejamento de servidores, esse servidor foi transferido para outra Unidade e a horta ficou sem um responsável. A direção da UISS conseguiu uma parceria com a horta comunitária de São Sebastião, e 02 vezes por semana uma senhora, voluntária da horta, vai até a Unidade ensinar os meninos no plantio, cultivo e cuidado com a horta.

Existe ainda uma oficina audiovisual, em parceria firmada entre a ONG Transforme e a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. Essa oficina é um projeto piloto para tratamento de dependência química e uso abusivo de substâncias psicoativas, proporcionando aos adolescentes, melhores condições de vida e a redução dos atos infracionais. Durante essa oficina, os adolescentes produzem um filme com o tema que eles quiserem, eles são responsáveis por toda produção, filmagem, atores, tudo são eles que fazem. Essa oficina acontece 03 vezes por semana, no período vespertino, para os Módulos M1, M2 e M3. Nos Módulos M4, M5 e M6, essa oficina aconteceu no semestre passado.

Registra-se também a aula de educação física, que acontecem uma vez por semana, no Ginásio de Esporte. Sendo que a atividade é dirigida por módulo de cada vez, a atividade mais desenvolvida durante as aulas é o coletivo de futebol. O professor está na UISS há 02 anos, e antes não trabalhava no Sistema Socioeducativo, trabalhava em uma escola em São Sebastião. Ele vê a prática de educação física mais como uma forma de lazer para os adolescentes, como um único momento de descontração deles. É necessário esclarecer, que segundo o referido professor de educação física, tem dificuldades em implementar outras modalidades uma vez que a quadra não tem todas as demarcações necessárias, a segurança limita os espaços e falta muito material. Durante as atividades de coletivo, os adolescentes eram divididos em time com camisa e time sem camisa, o próprio professor teve que providenciar os coletes para os adolescentes.

O SINASE como normatizador das política de socioeducação diz que para a prática de esporte e as atividades de cultura e lazer, a Unidade deve consolidar parcerias para garantir a efetivação do acesso à essas atividades, além de possuir espaço adequado e equipado para a prática das mesmas. Ao que se refere a UISS, as atividades desenvolvidas dentro dessa temática são em sua maioria iniciativas dos próprios servidores, que em meio a todas os obstáculos de falta de servidor, número superior de adolescentes na Unidade, dificuldades na consolidação de apoio com a própria SUBIS, dentre outros diversos problemas, conseguem garantir o acesso a algumas atividades. Ainda, nenhuma dessas atividades se configuram como política pública, o que não garante que adolescente terá acesso a essas atividades amanhã por exemplo. A Orquestra Plena Harmonia é um projeto de um professor que ganhou muita visibilidade, mas não é oferecido em todas as Unidades, a horta somente funciona por uma parceria com voluntários da Horta Comunitária de São Sebastião, a oficina audiovisual é oferecida por um período determinado de 06 meses e depois acaba; e por fim, a aula de educação física, só acontece por ser matéria obrigatória no currículo escolar.

Os adolescentes somente tem acesso as aulas de educação física, por ser matéria curricular obrigatória, no que se refere as outras atividades, os especialistas solicitam a inserção dos adolescentes, mas a oferta é muito maior que a demanda encontrada na UISS. Sendo assim, grande parte dos adolescentes não tem acesso a nenhuma atividade, o que prejudica seu processo de desenvolvimento e acaba deixando o adolescente totalmente encarcerado.

No processo de desenvolvimento do adolescente, o esporte chega como uma alternativa de aprendizagem para essa fase muito conturbada. É através do esporte, de atividades coletivas, que o adolescente aprende a conviver com regras, disciplina, a se preparar com antecedência para eventos futuros, responsabilidade, auto estima, estimula a socialização, perda e ganho. É importante pontuar, que sempre deve ser respeitada a aptidão física e gosto pessoal.

Faria (2001) diz que o esporte, além de ajudar na saúde dos adolescentes, melhora muito a interação deles uns com os outros, enfatiza muito o trabalho em equipe onde interagem, trocam experiências e se tornam mais humanitários. Aprendem a respeitar tanto o professor que os ensina como seus colegas, desenvolve, a partir da autoestima, diversos conceitos em função dos diversos papéis sociais que terão que adquirir.

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se e para entreter-se ou, ainda para desenvolver sua

informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2000, p. 34). Assim vimos como uma função de descanso, divertimento, entretenimento. Lazer está relacionado diretamente ao modo de vida e cultura desse adolescente. Esse tempo de lazer é muito importante para seu desenvolvimento, tanto de forma física como de forma emocional, alivia o estado de tensão e pode ser uma forma de manifestação cultural.

O não acesso a essas políticas acarreta em uma política de encarceramento e não de socioeducação, visto que o adolescente não terá acesso a nenhuma atividade que fomente e sirva como instrumento de inclusão social e empoderamento do adolescente como sujeito de direito e cidadão.

4.2 A perspectiva dos Especialistas

Todos os Especialistas são concursados e trabalham no Sistema Socioeducativo há mais de 02 anos. A equipe de Especialistas atualmente é composta por psicólogos e assistentes sociais, sendo que as duas pedagogas ocupam outros cargos na Unidade, e não exercem a função de especialistas. Assim, o profissional de referência para a mobilização de esforços tendo em vista a implementação de atividades de esporte, lazer e cultura, encontram-se fora do processo de atendimento.

Há um Especialista por Módulo para atender os adolescentes, sendo que a equipe é multidisciplinar, pois não se verifica uma ação conjunta das profissionais no desenvolvimento do processo de trabalho junto aos internos. De acordo com o SINASE, os adolescentes devem ter um atendimento interdisciplinar.

Para Pereira (2010), a interdisciplinaridade é a melhor referência para a compreensão sobre a concepção e o entendimento da intersetorialidade.

O prefixo 'inter', aqui adotado, que serve tanto para nomear a interdisciplinaridade quanto à intersetorialidade, remete à relação dialética, isto é, à relação que não redunde em um amontoado de partes, mas em um todo unido, no qual as partes que se constituem ligam-se organicamente, dependem umas das outras e condicionam-se reciprocamente. Trata-se, portanto, de uma relação em que nenhuma das partes ganha sentido e consistência quando isolada ou separada das demais e das suas circunstâncias (de suas condições de existência e de seu meio) (PEREIRA, 2010, p 12).

A autora afirma que a interdisciplinaridade diz respeito à criação de vínculos orgânicos entre as especialidades, e para que isso ocorra, seria necessário quebrar com a lógica positivista

de fragmentação dos saberes, contudo, a interdisciplinaridade não busca acabar com a lógica de especializações. No entanto, para que seja concebida como unidade de vários saberes precisa romper com seus opostos.

Os Especialistas reconhecem que as legislações vigentes dizem que as atividades de esporte, cultura e lazer devem ser desenvolvidas dentro das Unidades. Hoje na UISS para eles as atividades de esporte desenvolvidas são as aulas de educação física e durante o período de férias é feito um convênio com o Centro Olímpico de São Sebastião onde os estagiários desenvolvem atividades esportivas com os adolescentes. Ainda não se sabe se esse convênio será firmado novamente.

As atividades de cultura são desenvolvidas através das aulas da orquestra Plena Harmonia e pelas aulas da oficina audiovisual. Já as atividades de lazer, seria a televisão, leitura e futebol no pátio. Para eles, essas atividades são desenvolvidas de forma precária e com uma oferta muito pequena para a quantidade de adolescentes. Essas atividades não tem o alcance de todos os socioeducandos, são predominantemente de cunho temporário, sem perspectiva de continuidade, realizadas por convênios e “boa vontade” dos servidores.

Acreditam que as políticas de esporte, cultura e lazer são ferramentas importantes para o processo de ruptura com a trajetória infracional, uma vez que promovem ensinamentos de coletividade, saúde, autoestima, valores e empoderamento. O não acesso à essas políticas, implica o comprometimento na própria saúde dos adolescente em internação, em todos os quesitos físicos, psicológicos e sociais, pois o adolescente acaba passando muito tempo dentro dos quartos sem desenvolver nenhuma atividade

As dificuldades apontadas por eles é a falta de servidores, os existentes ficam muito sobrecarregados e sem condições de desenvolverem atividades para os adolescentes e a gerencia de segurança da Unidade não qualificam essas atividades. Mas a principal dificuldade apresentada, é a falta de articulação com a Subsecretária do Sistema Socioeducativo (SUBSIS), mais especificamente a Coordenação direta das atividades e projetos desenvolvidos nas Unidades de Internação.

Isso acontece, pois na perspectiva liberal, as políticas sociais são consideradas um impeditivo para o desenvolvimento econômico e societário, o liberalismo parte da defasa do estado mínimo e livre mercado. O Estado não deve interferir, nem prestar serviços que garantam o bem estar coletivo que possam alterar a atual conjuntura social. Além da precarização do

trabalho por natureza desse sistema. Os desdobramentos dessa precarização é o sucateamento dos serviços e uma demanda excessiva para o profissional.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho [...] O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de forças no âmbito do Estado (Behring e Boschetti, 2011, p. 51 e 64).

Durante o período de observação e de aplicação dos questionários / entrevistas, ficou evidente que as atividades de esporte, cultura e lazer desenvolvidas na Unidade de Internação de São Sebastião não são políticas públicas, e sim convênios que a própria Unidade firma com a comunidade e iniciativas dos servidores da UISS. Além de terem um caráter temporário, pois não são garantidos por meio de uma política pública, os convênios que a SUBIS firma são todos temporários, que é o caso da oficina audiovisual que tem duração de 06 meses. Não há incentivos para a elaboração de programas, além do número reduzido de servidores que não dão conta da demanda encontrada. A prática de esportes na aula de educação física não se configura como uma política pública, uma vez que essa é matéria curricular obrigatória da escola.

A grande dificuldade dos Especialistas e da própria Gerência e Direção da Unidade é fazer a intersetorialidade funcionar, uma vez que nem as políticas consideradas básicas de saúde e educação se faz totalmente presente.

A coordenação de internação da SUBSIS não respondeu aos e-mails, e nem retornou as ligações para saber quais são as atividades que eles desenvolvem para solucionar essa violação de direito, e falta de intersetorialidade na execução da política da socioeducação presente na Unidade de Internação de São Sebastião.

Cabe ressaltar que na semana do dia 21 de novembro, por iniciativa da Gerência, dos servidores, a UISS irá proporcionar uma semana da Consciência Negra, trazendo atividades de cunho cultural e de lazer para os adolescentes. Essas atividades são de extrema importância tanto para o processo de desenvolvimento do adolescente como para o processo de emancipação do mesmo. Todas as atividades foram pensadas por servidores da Unidade que buscaram parcerias com colegas para desenvolver essas atividades.

4.3 A perspectiva dos adolescentes

Todos os adolescentes têm menos de 18 anos e cumprem a medida há mais de 06 meses. Nenhum deles está no ensino médio e todos estão atrasados em relação a escolaridade. A grande maioria deles reside na Ceilândia, região administrativa distante da UISS. A UISS está localizada em uma BR, onde o acesso só existe por meio de carro, não existe transporte público que faça essa linha, configurando mais um caso de violação dos direitos, uma vez que todos os adolescentes entrevistados relatam que seus responsáveis não possuem carro e que enfrentam diversos obstáculos, como falta de dinheiro para pagar passagem / moto táxi para visitarem seus filhos.

Em relação ao esporte, todos os adolescentes afirmam ter acesso à essa atividade, 10 dos 12 disseram que são realizadas durante as aulas de educação física. Dizem que durante as aulas de educação física, aprendem muitas coisas, e tornou-se um momento importante para canalizar algumas emoções. Antes da internação, 05 dos 12 adolescentes praticavam esporte, sendo 03 futebol, 01 natação e 01 Jiu-Jitsu. Dentre os adolescentes que praticavam futebol antes da internação, 02 participavam de programas do governo, Centro Olímpico e Programa Esporte 24 horas. Na Unidade de Internação o único programa de governo que os adolescentes tiveram acesso, foi no período de férias de 2015, em uma parceria firmada com o Centro Olímpico de São Sebastião, onde os estagiários desenvolviam atividades de diversas modalidades com os adolescentes, nenhum outro programa foi implementado na Unidade e no ano de 2016 ainda não se sabe se essa parceria irá permanecer. É importante destacar que todos os programas desenvolvidos no Distrito Federal, deveriam se estender para todas as Unidades de Internação, não somente como forma de garantia dos direitos previstos da Constituição, ECA e SINASE, mas também como uma forma de empoderamento e atividade socioeducativa no processo de ruptura da trajetória infracional.

Ao se tratar da temática da cultura somente 01 adolescente dos 12 entrevistados sabia dizer o que era cultura. Para ele cultura é algo que se aprende na escola, é a história que se aprende do nosso país, ele citou os índios como uma manifestação cultural do nosso país. Dentro da UISS, 11 dos 12 adolescentes falaram que não tem acesso à cultura.

Santos (1994, p. 8 e 9) diz: “[...] cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupo humanos.” Defende ainda que o estudo da cultura deve contribuir para combater os preconceitos e compreender a própria realidade social, pois cada cultura tem uma lógica interna particular. Os adolescentes entrevistados não

conseguem definir a cultura, mas ela está presente no seu cotidiano como diferentes manifestações das relações interpessoais, o que acontece é a escassez de programas e atividades culturais desenvolvidas como forma de emancipação e empoderamento desses adolescentes, tanto fora quanto dentro das Unidades.

O lazer para os adolescentes está relacionado a diversão, festas. Nenhum dos adolescentes diz ter acesso à essa política dentro da UISS. Antes da internação 06 dos 12 adolescentes dizem ter acesso a atividades de lazer, mas nunca na forma de uma política.

A prática de educação física é para eles muito mais que uma matéria obrigatória no currículo escolar, é na verdade o único momento de lazer e descontração. A cultura é algo abstrato, que muitos não sabem o que é, talvez por nunca terem acesso tal política, mesmo antes da internação.

A grande questão é que fica evidente através das entrevistas realizadas com os adolescentes, é que a noção de direitos não existe para eles. Os direitos básicos lhes foi negado, e quando ele assume essa situação de adolescente em conflito com a lei, ele perde ainda mais esse acesso.

tem-se em quase todo o mundo, o desmonte das políticas nacionais de garantias sociais básicas, cujas principais implicações estão voltadas aos cortes de programas sociais à população de baixa renda, à diminuição dos benefícios da seguridade social e à criminalização da pobreza com o incentivo às práticas tradicionais de clientelismo, à filantropia social e empresarial, à solidariedade informal e ao assistencialismo, revestidos de práticas alternativas e inovadoras para uma realidade de pobreza e exclusão social. (PEREIRA, 2000, p 56)

Nas atividades desenvolvidas dentro da UISS, os adolescente tem muita dificuldade em enxergar a questão do direito, desde a ideia do não acesso a nenhuma política pública, quanto ao fato de serem somente para alguns adolescente, já que essas atividades são restritas e com o número de vagas bastante restritivo para demanda, por diversos fatores, inclusive falta de servidor.

No processo dessas atividades identificadas, percebe-se que os adolescente em internação acabam se identificando, pois as atividades desenvolvidas, promovem isso. Mas sempre a partir de uma ideia de benefício/dádiva, como uma chance meritocrática, dada por uma autoridade pública, ao poder participar das atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trouxe a discussão sobre as dificuldades enfrentadas para o acesso às políticas de esporte, cultura e lazer pelos adolescentes em medida socioeducativa de internação na Unidade de Internação de São Sebastião.

A proposta dessa pesquisa foi verificar a questão da intersetorialidade na UISS, mais especificamente se o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação na UISS tem acesso as políticas de esporte, cultura e lazer. E a partir disso, como essas políticas contribuem para o processo de ruptura com a trajetória infracional.

De acordo com o ECA, os adolescentes que cometeram ato infracional devem ser responsabilizados, mas com as normas coerentes ao seu período de desenvolvimento e formação. Respeitando sempre a doutrina da proteção integral aos direitos fundamentais. Deve-se observar que tratam-se de medidas socioeducativas fundadas no binômio: educação e responsabilização.

É notório que com o advento do ECA, e demais legislações específicas para os adolescentes autores de atos infracionais, houve uma mudança importante, mas a sua implementação ainda é uma tarefa difícil, e envolve uma série de questões como orçamento público, responsabilização do Estado, elaboração de políticas públicas e principalmente o alcance da intersetorialidade entre as políticas existentes, e os órgãos públicos.

Quando se trata de adolescentes em medida socioeducativa de internação, em relação ao acesso aos direitos e as diretrizes que devem ser seguidas, há um abismo do que as leis e normativas determinam do que é vivenciado por eles. Sempre há uma perspectiva de que eles nunca tiveram acesso à direitos individuais e sociais, e que historicamente não são reconhecidos como sujeitos de direito. Assim, vale destacar a importância de romper com esse estigma vivenciado por eles, como papel fundamental para o processo de ruptura com a trajetória infracional.

O SINASE surgiu como uma forma de reforçar o ECA e normatizar que as medidas socioeducativas devem ter um caráter pedagógico. O único direito que o adolescente foi privado é o direito à liberdade. Nessa perspectiva de caráter pedagógico, o acesso à todas as políticas públicas como, saúde, educação, esporte e lazer, previstas no ECA e no SINASE são de extrema importância para o processo de ruptura da trajetória infracional e como reconhecimento que todos os adolescentes são sujeitos de direitos.

Enfim, verificou-se que esses adolescentes são marcados pelas mais diversas expressões da violência e da violação de direitos. Começando pela pobreza que muitos deles vivenciam, não inserção escolar onde todos eles se encontram atrasados em relação idade/série, e a própria fala em relação ao não acesso as políticas públicas ao ponto de desconhecer a maioria delas.

São adolescentes que não foram alcançados pela doutrina da proteção integral, e quando vivenciam a situação de cumprimento de medidas socioeducativas, essa situação ainda se agrava. Mesmo antes da medida, grande parte de seus direitos eram violados.

A Constituição Federal de 1988, o ECA e A Lei Federal do SINASE prevê que todos os adolescentes, inclusive os que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação, tem o direito ao acesso a políticas de esporte, cultura e lazer. O que se verificou com as entrevistas e análise do cotidiano da Unidade, é que nenhuma política pública de esporte, cultura e lazer são oferecidas na UISS. O que tem de atividades como horta, educação física, oficina audiovisual e orquestra são atividades e programas desenvolvidos pelos próprios servidores e não se caracterizam como política pública.

A oficina audiovisual é o único programa que tem parceria com a SUBSIS e dura apenas três semanas. É uma atividade que os meninos caracterizam como profissionalizante / lazer. Eles acreditam que através dessa atividade podem desenvolver habilidades e transformar em uma forma de renda. Os adolescentes vêem essas atividades como um benéfico, uma chance. As vagas para realização dessas atividades são restritas e a demanda é muito grande. Eles têm dificuldade em visualizar qualquer tipo de atividade como direito, dizem que quando está preso, não tem direito a nada. É importante ressaltar que grande parte desses adolescentes nunca tiveram acesso a nenhuma dessas políticas, o que configura um quadra de negação dos seus direitos antes da internação. Com a internação, os adolescentes acreditam que não perderam somente o direito à liberdade, para eles todos os seus direitos foram retirados. Esse fato se deve ao contexto social que esses adolescentes estão inseridos, a falta de responsabilização e omissão do Estado e a própria postura de alguns servidores da Unidade.

Assim para os adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação maior do que a necessidade de estabelecer um novo projeto de vida, que contemple o afastamento do contexto infracional, é a de estabelecer estratégias coletivas da garantia de sua cidadania capaz de superar sua trajetória marcada pela violação de direitos.

REFERÊNCIAS

- ARIES, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRAMANTE, Antonio Carlos Bramante. Políticas de Lazer. In: GOMES, Christianne Luce (Org.) Dicionário crítico do lazer. Belo Horizonte: Autêntica, p. 185-196, 2004.
- BOURGUIGNON, J. A. Concepção de rede intersetorial. 2001. Disponível em: <http://www.uepg.br/nupes/intersetor.htm>. Acesso em: 06 de junho de 2016.
- BRASIL. Assim Caminha o ECA: Capacitação de profissionais da rede de atendimento para a promoção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente. Lajeado: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei 8.069 (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Senado, 1990.
- BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8.742 / 1993. Brasília: MDS, 2004.
- BRASIL. Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.
- BRASIL, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Secretaria Especial de Direitos Humanos, CONANDA, 2006.
- BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Lei número 12.594, de 18 de janeiro de 2012). Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: CONANDA, 2012.
- Código de Menores de 1927. Disponível em: <http://www.promenino.org.br>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.
- Código de Menores de 1979. Disponível em: <http://www.promenino.org.br>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.
- DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008
- DEL PRIORE, Mary. Histórias das crianças no Brasil. Editora Contexto, 1999.

DISTRITO FEDERAL. I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal. Brasília: Secretaria de estado de políticas para crianças, adolescentes e juventude. Subsecretaria do sistema socioeducativo, 2016.

DISTRITO FEDERAL. Projeto Político– Pedagógico das Medidas Socioeducativas do Distrito Federal: Internação. Brasília: Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, 2013.

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e Cultura Popular. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FALEIROS, Vicente. Infância e Processo Político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, Vicente; PRANKE, Charles. Estatuto da Criança e do Adolescente, uma década de direitos: Avaliando resultados e projetando o futuro. 1. Ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

FARIA, L.; SILVA, S. Promoção do autoconceito e prática de ginástica de academia. Psicologia:Teoria, Investigação e Prática. 2001.

FILHO, José Ribamar P. Políticas Públicas nas áreas do lazer e do esporte, movimentos sociais e cidadania: um estudo sobre a região de Leopoldina. In: Coletânea do ix enarel: Encontro nacional de recreação e lazer. WERNECK, Christianne L. G. (org.). Belo Horizonte: UFMG, 1999.

GUARESCHI, N; COMUNELLO, L. N.; NARDINI, M.; HOENISCH, J. C..Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, M. N.; AZAMBUJA, M. P. R.; JAEGER, F. P. Violência, gênero e Políticas Públicas, Edipucrs, Porto Alegre, 2004.

GUTIERREZ, Gustavo L. Lazer e Prazer: questões metodológicas e alternativas políticas. Campinas, SP: Autores Associados, chancela editorial CBCE, 2001.

JESUS, Maurício Neves. Adolescente em conflito com a lei: prevenção e proteção integral. Servanda Editora, 2006.

JOST, Maria Clara. Por trás da máscara de ferro: as motivações do adolescente em conflito com a lei. Edusc, 2006.

JUNQUEIRA, L.A. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. Saúde e Sociedade v.13, n.1, jan-abr. 2004, p.25-36. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7105/8577>. Acesso em: 06 de junho de 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1991.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

LUPP, Carlos Alberto. *Malditos Frutos do Nosso Ventre*. São Paulo: Ícone, 1987.

MARCELLINO, N. C.; SAMPAIO, T. M. ; CAPI, A. H. C.; SILVA, D. A. M. *Políticas públicas de lazer - formação e desenvolvimento de pessoal: os casos de Campinas e Piracicaba-SP*. Curitiba, PR: OPUS, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio de conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIRANDA, Humberto da Silva. *Meninos, Moleques, Menores... Faces da Infância no Recife 1927 - 1937*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Recife – PE, 2008.

NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 4. ed. São Paulo, Cortez: 2007. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 20)

PEREIRA, P. A. P. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 1, p.45-58, 2000a

PEREIRA, Potyara A. P; A intersectorialidade das políticas sociais numa Perspectiva dialética. 2010. Disponível em <http://matriz.sipia.gov.br/acervo-documental/artigos/249-artigointersectorialidade>. Acesso em: 23 de novembro de 2016.

PEREIRA, Potyara A. P. Como conjugar especificidade e intersectorialidade na concepção e implementação da política de assistência social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 77, mar 2004.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

RIZZINI, Irene. Reflexões sobre pesquisa histórica com base em ideias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. In: *Anais I congresso Internacional de Pedagogia Social*, 1, 2006.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irmã. *A Institucionalização de crianças no Brasil. Percorso histórico e desafios do presente*. Ed. Rio de Janeiro: PUC – Rio, 2004.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura?* 14º ed. – São Paulo: Brasiliense 1994.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. Bahia: 2002.

VIGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VOLPI, Mário. O adolescente e o ato infracional. 9 ed.- São Paulo. Cortez, 2011.

Apêndices

Apêndice A Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Apêndice B Questionário dos adolescentes

Apêndice C Questionário dos especialistas



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas- IH
Departamento de Serviço Social – SER
Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
Docente Orientadora: Profª Drª MarluCIA Ferreira do Carmo
Proponente: Gabriela Cordeiro Ribeiro Matrícula: 11/0118651

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa com o tema: Política de esporte, cultura e lazer na socioeducação: a intersetorialidade em questão na Unidade de Internação de São Sebastião – DF, da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade de Brasília, de responsabilidade de Gabriela Cordeiro Ribeiro, aluna de graduação da Universidade de Brasília, Matrícula: 11/0118651, e-mail: gabiicordeiro@yahoo.com.br.

Assim, gostaria de consultá-lo (a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa. A sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora.

O objetivo é verificar a aplicabilidade da lei no que diz respeito às políticas de esporte, cultura e lazer, qual a importância dessas no processo de ruptura com a trajetória infracional por parte dos adolescentes privados de liberdade na Unidade de São Sebastião.

Os possíveis benefícios relacionados com a sua participação são a apresentação desse material publicamente e com isto mostrar a realidade sobre o acesso ou não dessas políticas aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas na Unidade de Internação de São Sebastião e alcançar os responsáveis e a devolução dos dados colhidos nessa pesquisa.

É assegurada a manutenção do sigilo e privacidade dos participantes durante toda a pesquisa. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os dados da pesquisadora, podendo tirar sua dúvida sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 9 9815 2244 e/ou e-mail gabiicordeiro@yahoo.com.br. A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de consulta ao trabalho do pesquisador disponível em cópia na Biblioteca Central da UnB, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o senhor (a).

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura da (o) participante

Assinatura da pesquisadora

Questionário das (os) adolescentes

Brasília, ____ de _____ de _____.



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas- IH
Departamento de Serviço Social – SER
Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
Docente Orientadora: Profª Drª MarluCIA Ferreira do Carmo
Proponente: Gabriela Cordeiro Ribeiro Matrícula: 11/0118651

**POLÍTICA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER NA SOCIOEDUCAÇÃO: A
INTERSETORIALIDADE EM QUESTÃO NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SÃO
SEBASTIÃO – DF.**

Nº: ____ Data da Coleta: __/__/____

Identificação e Perfil

- 1- Sexo: a.() Masculino b.() Feminino
- 2- Idade: ____ anos completos
- 3- Raça/cor: a.() Branca b.() Parda c.() Indígena d.() Preta e.() Amarela f.() Não sabe/não informa
- 4- Há quanto tempo cumpre esta medida? _____
- 5- Escolaridade: _____
- 6- Região administrativa que reside: _____

ESPORTE

7- Na UISS vocês tem acesso à pratica de esporte? E cultura? E lazer?

7.1 – ESPORTE:

7.2 – CULTURA:

7.3 – LAZER:

8- O que vocês aprendem com as atividades esportivas que lhes são oferecidas?

9- Quem é escolhido para participar das atividades esportivas?

- 10- Quantas vezes por semana participa das atividades esportivas, de cultura ou de lazer?
- 11- Qual esporte você mais gosta de praticar? Por que? O que mais lhe agrada? Você acha que contribui para alguma coisa na sua vida, dentro ou fora da Unidade?
- 12- Você acha importante participar de atividades esportivas?
- 13- Antes da internação, você tinha acesso ao esporte, cultura e lazer? Qual atividade e aonde?

ESTRUTURA

- 14- Em qual lugar acontecem as atividade esportivas? Você acha que é um lugar adequado?
- 15- São utilizados elementos enriquecedores nas atividades (ex.: vídeo, música, computador, entre outros)?
- 16- Você acredita que as atividades propostas são interessantes para seu crescimento como cidadão?
- 17- Quando falam sobre **CULTURA** e **LAZER**, que palavras passam em sua cabeça?
- 18- Você acha que ter acesso a esporte, cultura e lazer é um direito?

Questionário das (os) Especialistas



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas- IH
Departamento de Serviço Social – SER
Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
Docente Orientadora: Profª Drª Marlucia Ferreira do Carmo
Proponente: Gabriela Cordeiro Ribeiro Matrícula: 11/0118651

POLÍTICA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER NA SOCIOEDUCAÇÃO: A INTERSETORIALIDADE EM QUESTÃO NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SÃO SEBASTIÃO – DF.

Nº: ____ Data da Coleta: __/__/____

Identificação e Perfil

- 1- Formação:
- 2- Tipo de trabalho: () temporário () concursado
- 3- Há quanto tempo trabalha na Unidade de Internação de São Sebastião?
- 4- Há quanto tempo trabalha no sistema socioeducativo?
- 5- Sua equipe de trabalho é composta por quais outras especialidades?
- 6- O trabalho que vocês realizam é interdisciplinar?

- 7- As atividades de esporte, cultura e lazer estão previstas na legislação dirigida aos adolescentes em medida socioeducativa de internação? O que está previsto? O que tem sido realizado?
- 8- Você acredita que a política de esporte, cultura e lazer possam ser instrumentos importantes para o processo de ruptura do adolescente com a trajetória infracional?

- 9-** Qual a participação dos especialistas no processo de garantia do acesso ao direito ao esporte, cultura e lazer na Unidade de Internação de São Sebastião? Faz parte de suas atividade atuar no sentido da garantia desse direito? Se sim, de que forma atuam?
- 10-** Em sua avaliação, quais as dificuldade de implementação do direito ao esporte, cultura e lazer dentro desta Unidade de Internação? Quais os prejuízos podem ser causados no processo de desenvolvimento do adolescente em internação?